



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1953/09	DATA: 29/10/2009
INÍCIO: 11h12min	TÉRMINO: 14h35min	DURAÇÃO: 3h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h22min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
DJALMA BASTOS DE MORAIS - Diretor-Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Diretor-Presidente do Grupo Neoenergia. BRITALDO SOARES - Diretor-Presidente das Empresas do Grupo AES-Eletropaulo. JOSÉ LUÍS BEDNARSKI - Promotor de Justiça de Jacareí, Estado de São Paulo. JOSÉ EDUARDO TAVOLIERI DE OLIVEIRA - Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/São Paulo. CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES - Diretor-Presidente da AMPLA — Energia e Serviços S/A. LUCIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA - Presidenta em Exercício do Instituto de Defesa do Consumidor — PROCON-DF. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Promotor de Justiça do Consumidor do Estado de Pernambuco. LUIZ ANTÔNIO CIARLINI - Presidente da Companhia Energética de Pernambuco — CELPE.

SUMÁRIO: Debate sobre a possibilidade de entendimento entre distribuidoras de energia elétrica e consumidores sobre a cobrança de tarifas.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Declaro aberta a presente reunião.

Ordem do Dia.

Audiência pública com os Srs. Britaldo Soares, Diretor-Presidente das empresas do Grupo AES-Eletropaulo; Cristián Eduardo Fierro Montes, Diretor-Presidente da AMPLA — Energia e Serviços S.A; Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG; Luiz Antônio Ciarlini, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco; Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Diretor-Presidente do Grupo Neoenergia; Luciana Oliveira de Almeida, Presidente em exercício do Instituto de Defesa do Consumidor — PROCON-DF; Mavíael de Souza Silva, Promotor de Justiça do Consumidor do Estado de Pernambuco; e José Luiz Bednarski, Promotor de Justiça de Jacareí.

Gostaria de sugerir algo aos senhores e ao Relator. Por termos vários convocados hoje, seria importante que nós pudéssemos dar celeridade às inquiries, para que pudéssemos terminá-las, já que temos reunião no Ministério de Minas e Energia, hoje, às 16 horas, para tratar desse assunto dos consumidores, que acho que é o principal assunto hoje da nossa CPI.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, pela ordem. Certamente, hoje eu não vou conseguir ficar sem almoço até 11 horas da noite e nem os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, lógico. Não tenha dúvida.

Então, vamos ser objetivos, vamos tratar diretamente do assunto que eu acho que é o assunto em pauta, a questão do direito dos consumidores, saber o posicionamento de cada empresa em relação a essa questão e tentar buscar um entendimento por parte das distribuidoras que aqui estão e dos consumidores, que são os clientes das distribuidoras.

Gostaria de iniciar convidando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG, para que ele possa fazer a sua exposição e nos dizer qual o seu entendimento em relação ao assunto.

Por favor, Dr. Djalma. *(Pausa.)*



Dr. Djalma, gostaria de agradecer a presença ao senhor hoje aqui, dizer que vai, com certeza, contribuir muito para os trabalhos da nossa CPI.

Passo a palavra ao senhor para que possa iniciar suas palavras, que, tenho certeza, irão engrandecer bastante os trabalhos desta CPI.

O SR. DJALMA BASTOS MORAIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, é com grande satisfação que venho a esta Casa. Eu tinha um compromisso hoje com os investidores, nos Estados Unidos, Presidente, mas acho o assunto de grande relevância, e achei que minha presença aqui era importante.

Nossa empresa, Sr. Presidente, Sr. Relator, sempre tem sido uma empresa legalista. Nós nunca nos furtamos a qualquer convocação, a qualquer ajuda para resolver qualquer tipo de problema no setor. Estivemos e estaremos sempre à disposição desta Casa ou de qualquer outra casa para os esclarecimentos necessários.

Eu apenas gostaria da presença do Presidente aqui para externar o que nós estamos pensando sobre esse assunto. Eu até trouxe uma boa apresentação da CEMIG, mas quando... Eu estava falando, Presidente, que a nossa empresa é uma empresa legalista, ela sempre esteve e sempre estará presente a qualquer tipo de convocação. Eu deveria estar hoje apresentando nossa empresa a alguns investidores, nos Estados Unidos, mas achei o assunto de extrema relevância, para poder tentar pelo menos ajudar essa situação.

Eu trouxe até uma exposição, mas o Relator falou que podia prejudicar o almoço e eu até vou abdicar da exposição.

Realmente, nós estamos com um problema complexo de solução difícil. De qualquer maneira, eu queria expressar para os senhores que houve uma brecha na lei, e nós, Presidente, não podemos ser acusados de fazer tunga, ou qualquer coisa, porque a tunga representa que o agente tinha conhecimento da situação. Os agentes de distribuição não tinham conhecimento dessa brecha. E, realmente, fizemos essa cobrança.

Eu acho, Presidente e Relator, que é um assunto que pode ter uma solução de imediato para o futuro. É uma solução que a ANEEL pode resolver num curtíssimo espaço de tempo. Então, o futuro estaria resolvido para os nossos consumidores. Vamos olhar a pendência do passado.



Primeiro, em momento nenhum as distribuidoras estiveram fora da lei. Sempre a cumprimos, sempre estivemos dentro da lei, pelo menos a nossa empresa, e é o conhecimento que eu tenho das outras empresas.

Sr. Presidente, esse passado tem duas grandes parcelas: uma parcela da distribuição, que é aproximadamente 55% da arrecadação; e existe uma parcela de tributos. Então as soluções terão de passar de que formato nós vamos resolver esse problema dos tributos, que cabe realmente ao Ministério e ao poder concedente resolverem, e o problema dos 55%, de como efetivá-los.

Evidentemente, Sr. Presidente, eu acho... nós nos colocaríamos à disposição dos senhores, caso venha a ser viabilizado, realmente, que houve um erro em consequência dessa brecha para o nosso consumidor. Nós estaremos dispostos a fazer parte de um grupo de trabalho que venha resolver a questão.

Nós temos uma série de caminhos para resolver isso. O importante é que no momento político em que nós vivemos não podemos onerar o nosso consumidor com algo que existia, com uma brecha que existia dentro da legislação.

Mas eu gostaria muito, Sr. Presidente, Sr. Relator, que não imputassem às distribuidoras uma responsabilidade total do problema. Não é. Nós estivemos sempre dentro da lei. Este quantitativo, seja de 1,5%, seja de 2,5% foi reinvestido na empresa, gerou empregos na empresa. E o formato de como isso seria feito, nós estaremos à disposição para contribuir, para ajudar, em um grupo de trabalho, o que for definido por esta Casa, pelo Ministério e pela ANEEL.

O senhor tem alguma pergunta a mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passarei a palavra ao Relator, para saber se ele tem algum questionamento, e aos demais Deputados.

Fico tranquilo ao saber do posicionamento da CEMIG, da preocupação que a CEMIG tem com os consumidores. E digo da importância deste momento hoje para os consumidores da CEMIG, porque fica claro que o posicionamento da empresa é de preocupação com os consumidores.

Fica a sugestão para o senhor, pela sua grande experiência no setor. Acredito que o senhor poderia encabeçar as outras distribuidoras para que se antecipem à ANEEL para ver se buscam entendimento do fato imediato para que a gente possa



já sanar esse problema para os consumidores de todo o Brasil, que acho é o objetivo de todos nós que aqui estamos.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados e convocados. Dr. Djalma, não se poderia esperar de um homem com a sua história posicionamento que não fosse esse. Homem que tem, acima de tudo, compromisso com este País. E a sua história diz isso. Então, fico muito à vontade porque, através da representação de vocês da ABRADÉE, eles fizeram uma nota petulante, uma nota desrespeitosa e, acima de tudo, uma nota em que havia uma certa provocação ao Poder Público, aos agentes de Estado. Isso não condiz com as empresas do mundo atual, com as relações que o Estado tem que ter com as concessionárias, em face do noticiado pela *Folha de S.Paulo* desse evento que nós estamos discutindo.

Portanto, quando eu vejo a sua posição de entendimento, acima de tudo, de conhecimento de causa, isso me deixa muito à vontade, porque nesse setor eu pensei que nós tínhamos representação desse nível da nota da ABRADÉE, e o senhor deve ter tido também conhecimento. Ela chega ao ponto de afrontar um funcionário que fez uma declaração que está embasada no Tribunal de Contas da União e que hoje o Ministério se encontra a discutir.

Eu queria enaltecer sempre a vontade do nosso Presidente, Eduardo da Fonte, que buscou, através de uma solicitação ao Tribunal de Contas... E eles fizeram uma prospecção e chegaram ao entendimento de que algo não estava condizente com o que deveria.

Portanto, acho que estamos hoje num nível de tratativa que esse setor precisa: a representação serena, segura, coerente. Esta CPI nunca procurou armários. Nós não vamos falar aqui do caso AES, do caso Light, do caso CEMIG. Nós não vamos buscar o passado. Foram deformar ações que fizeram a constituição desse processo que está hoje aí. Mas esse processo hoje tem que ser respeitado.

Então, nós estamos hoje aqui buscando o entendimento para fazer uma reformulação no processo. Um processo que possa, acima de tudo, ter mais transparência, porque a falta de transparência, especialmente para o consumidor, para aquele que paga e para esta Casa aqui, até para os nossos técnicos, quando



nós buscamos as contas, é gritante. O momento em que nós tentamos encontrar respostas fica muito difícil.

Acho que o setor não precisa disso. É um setor hoje que a sociedade precisa, um setor rentável, um setor em que nós teremos que ter participação efetivamente, não só do Poder Público, mas também da sociedade que participa deste País. Eu acho que nós precisamos sentar numa mesa e acabar definitivamente com regras que não são lícitas, ou melhor, que não estão de acordo com o que deve ser feito, cobrar por aquilo, pelo trabalho.

Eu vejo aqui hoje uma nova perspectiva. Estamos falando com pessoas que têm coerência. E eu não poderia esperar outra coisa do senhor, que representa uma empresa hoje que está adquirindo parte de outras empresas pelo País. Eu diria que é uma das empresas que mais está avançando nesse setor, porque sabe que é um dos melhores do País, e que precisa, acima de tudo, ter no seu caminho a certeza de que as regras não mudarão e também que o que vocês estão praticando hoje é uma coisa para o futuro, porque vocês têm acionistas, vocês têm Estados que fazem parte disso.

Então, nós estamos hoje aqui buscando, acima de tudo, um entendimento. Que nós possamos reprogramar essa linha de conduta, fazendo com que os agentes estejam mais perto e, acima de tudo, discutam mais.

Ontem, vimos aqui um quadro que não é saudável para o setor: uma discussão entre o Ministério de Minas e Energia e a ANEEL. Esse setor tem que estar mais próximo, e nós faremos uma reunião para tentar aproximá-los, para que vocês, que são no fundo quem contribui para essa relação, possam também ter uma relação mais saudável.

Portanto, eu não poderia esperar outra posição da CEMIG, através do senhor, e dizer que é uma empresa que hoje talvez seja exemplo para o Brasil, já que está inclusive adquirindo parte de outras e entrando em outros setores de energia.

Sr. Presidente, a minha posição é de repúdio à nota da ABRADÉE, que os representa aqui, não a palavra aqui do Presidente da CEMIG, certamente não representa. Porque quem escreveu isso não o ouviu; se tivesse ouvido, certamente não escreveria isso aqui em uma afronta direta aos agentes de Estado, por quem ele tem, no mínimo, o dever de ter respeito.



Portanto, depois da sua exposição aqui, Sr. Presidente, eu deixo a palavra para os nobres pares da Casa, saudando-o pela sua firmeza e pela sua vontade de realinharmos o processo que precisa ser realinhado.

O SR. DJALMA BASTOS DE MORAIS - Eu poderia fazer um pequeno aparte, Relator? Eu realmente, eu gostaria... Muitas vezes determinadas palavras explicam, mas não justificam. Eu gostaria que esta Casa... as palavras escritas da ABRADÉE representaram as palavras de um primeiro momento. Um primeiro momento é que as distribuidoras, de forma ilícita, teriam adquirido determinados quantitativos. Certamente o senhor precisa entender que várias empresas forçaram a ABRADÉE a fazer um pronunciamento. E foi nesse primeiro momento emotivo que a ABRADÉE soltou essa nota. Mas eu acho, tenho certeza absoluta de que hoje, ao verificar realmente os fatos, que realmente existe uma brecha na lei que permitiu não digo uma ilicitude. A ilicitude requer culpa ou dolo de quem a pratica. Houve realmente uma brecha, e quem entrou no jogo, talvez até desconhecendo a brecha, quis participar desse jogo adquirindo ativos, viabilizando, solicitando à ANEEL reajustes tarifários, mas sem perceber.

E eu lhe digo com toda sinceridade: nós, da CEMIG desconhecíamos. Apenas após a leitura mais atenta do fato é que realmente verificamos que o nosso consumidor tem razão. Ele terá de ser ressarcido de alguma forma. E a minha proposta é que, a partir de um momento curtíssimo, a ANEEL, o Ministério já pode resolver todos os problemas do futuro. E do passado vamos tentar resolver.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Djalma, no passado, houve o apagão e as perdas com o desequilíbrio financeiro, houve o RTE. Eu estava propondo, inclusive propus isso ontem, fazer uma RTE para os consumidores, da mesma formalização que houve para as concessionárias quando elas tiveram suas perdas, nós fazermos isso também, o que ocasionará um evento de longo prazo. Mais ou menos nós daremos a certeza: nós todos estamos imbuídos de ressarcir aquilo que foi retirado sem dolo por um erro factual.

O SR. DJALMA BASTOS DE MORAIS - Uma brecha.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Portanto, volto, mais uma vez, a dizer que suas palavras vão ao encontro de nossas expectativas e que nós tenhamos o bom senso hoje, na nossa reunião de tarde, para podermos celebrar o



andamento. Que não tenhamos que ter ações ajuizadas, bloqueios sem necessidade, e aí um pagamento de um vulto que chega a mais de 10 bilhões, que foram, desde 2002, retirados dos consumidores dentro dessa brecha.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra agora ao Deputado Mário Heringer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Sr. Presidente, eu não estava entendendo o que estava funcionando aqui, pode ser até o celular. Eu queria agradecer a oportunidade e dizer, Sr. Presidente, que, por razões ideológicas, eu nunca gostei dessa história de agência. Eu acho que o Ministério, num determinado momento, se não tiver uma atuação bastante intensa e com muito cuidado, começa a abrir mão dos seus deveres. A prerrogativa de fazer política é do Ministério, e de controlar essa política teoricamente e de normatizar é das agências. E eu não estou falando aqui especificamente da Agência de Energia Elétrica, estou falando de agências.

Eu tive grandes embates desde 2003 com relação à Agência Nacional de Saúde Suplementar, porque é a relação que eu conheço mais de perto porque sou médico. E entendo que, uma vez o Ministério deixando essa coisa meio frouxa, as políticas passaram a ser feitas também pelas agências. E aqui não quero culpar nenhum Ministro, mas eu quero dizer que é isso que está acontecendo.

Evidentemente que nós, de Minas Gerais, conhecemos muito bem a empresa representada pelo nosso Presidente Djalma Bastos de Moraes, que é o Presidente da CEMIG. Nós conhecemos a empresa. Nós entendemos a preocupação que a sociedade tem que ter com relação a esse tipo de postura. O que não esperávamos de maneira alguma, e acho que não está acontecendo, é que se criminalizem as empresas. Isso é uma situação inadmissível. E a postura do Dr. Djalma aqui foi muito clara em dizer claramente que reconhece que houve um... Vamos usar até a terminologia que o Dr. Djalma está usando, de uma... Como é que o senhor...?

O SR. DJALMA BASTOS DE MORAIS - Uma brecha na legislação.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Uma brecha. Vamos utilizar essa terminologia, até porque a gente não quer criar nenhum estigma para esse tipo de coisa. Mas importante saber é que o senhor, Presidente, o senhor descobriu uma



pérola quando descobriu esse erro. O senhor está de parabéns. O senhor propôs e mostrou para o Brasil que essa é a função precípua do Legislativo, que é a posição de fiscalização, que em alguns momentos a gente não consegue fazer. Eu assisti à sua luta no plenário para conseguir as assinaturas, eu assisti ao seu empenho. Desculpa falar “de seu”, porque eu o vejo tão novo assim, eu fico muito íntimo do senhor. E quero dar-lhe os parabéns por essa atitude.

E com a proposta que agora nasce e com a intenção que agora nasce da CEMIG de propor... É claro que a ANEEL e o Ministério têm que se entender — quem faz política e quem normatiza — e tem que ser de agora para a frente. E que a gente possa, de uma maneira equilibrada, sem prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas, porque isso não nos interessa... O consumidor não pode também ficar no prejuízo. Se a gente fizer um grupo de estudo e recuperar esse dinheiro indevidamente cobrado, acho que nós resolvemos o problema.

E o senhor está de parabéns pela ideia. E essa é a vantagem da juventude no nosso processo. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradecer as palavras ao Deputado Mário Heringer e dizer a V.Exa. que tenho a certeza de que este momento aqui está representando um novo momento entre os consumidores e as distribuidoras de energia elétrica no nosso País, porque tenho certeza de que a peça mais importante para as distribuidoras de energia elétrica são os consumidores dos seus Estados, são os consumidores que pagam as tarifas de energia elétrica, são os consumidores que proporcionam o lucro das empresas. Então, temos que respeitar os consumidores porque são eles quem pagam as contas e quem, no final, sofrem com o pagamento das altas tarifas.

Passo a palavra ao nosso Ministro querido, Deputado Carlos Melles. Em seguida, Deputado Marcos Lima.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado, Presidente, Deputado Eduardo da Fonte; Sr. Relator Alexandre Santos; Sr. Presidente Djalma Bastos de Moraes; senhores convidados; colegas, companheiros Deputados.

Presidente, eu vou fazer rapidamente o uso da palavra para repetir um pouco o que o Deputado Mário Heringer colocou. Vale aqui a sua luta nessa juventude, chegando aqui à Casa, querido de todos nós, e ter identificado um problema que



muitas vezes não era da percepção de todos. Então, diga-se de passagem que nós temos aqui que reconhecer, todos — a Casa, a Câmara dos Deputados —, o brilhante trabalho na identificação desse problema dessa brecha que criou a distorção aos consumidores brasileiros. Portanto, os nossos parabéns.

Eu queria, na pessoa do Dr. Djalma, cumprimentar a todos os palestrantes, já que a gente talvez não possa ouvir a todos, mas eu repetiria também o que o Relator Alexandre disse. O Dr. Djalma tem uma experiência pública de gestão consagrada, confirmada. Dirige uma coisa, uma empresa que é muito cara a todos os mineiros e hoje aos brasileiros.

A CEMIG é um exemplo de boa gestão e sobretudo nos últimos anos. Nos últimos anos, ela cresceu, potencializou-se. E nós não podíamos esperar, Presidente Djalma, outra postura que não essa, que é a postura passada, presente e será a futura de V.Exa. na gestão das coisas públicas.

O SR. DJALMA BASTOS DE MORAIS - Se a idade ajudar...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - A idade, eu o conheço há 15 anos, 20 anos, da mesma forma, com a mesma clarividência.

E dizer o seguinte: essa é a proposta clara e objetiva. Temos o problema, identificamos o problema e temos vontade de solucioná-lo com essa prática, com essa diligência que o nosso Presidente está propondo. O senhor tem o nosso apoio, a nossa apreciação positiva nesse aspecto e conte conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito obrigado, Ministro Carlos Melles, pelas suas palavras. Tenho certeza que a sua presença hoje aqui engrandece muito os trabalhos desta CPI.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Marcos Lima.

O SR. DEPUTADO MARCOS LIMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da CEMIG, Dr. Djalma Bastos de Moraes, Srs. Deputados, eu gostaria aqui de cumprimentar e assinalar, Sr. Presidente, nesta sessão, um sintoma, um pouco do sintoma da política mineira. Nós temos aqui presente o Deputado Paulo Abi-Ackel, do PSDB, também temos aqui o Deputado Carlos Melles, do DEM, o Deputado Mário Heringer, do PDT, eu, do PMDB, temos um quase mineiro, que é o



Simão Sessim, que é do PP, além disso, o Claudio Cajado, que é nosso vizinho, da Bahia.

Então, quando, por que isso? Numa reunião a que estamos vindo para ouvir alguns palestrantes, dentre eles o Presidente da CEMIG, ex-Presidente da TELEMIG, com uma trajetória brilhante na vida pública, Ministro das Comunicações, Diretor da ABR. Quando o Governador Aécio, que transita muito bem por todos os partidos, escolheu o Dr. Djalma para Presidente da CEMIG, não era do partido dele, ele significava uma soma, uma soma de capacidades que o Governador Aécio buscou e concentrou nele esse poder. E de lá para cá, a CEMIG vem crescendo cada vez mais. Com esse jeito mineiro dele, tranquilo, mineiro de Juiz de Fora, tratando todos os partidos bem, quer dizer, nós não temos choque, não há problema nenhum. É que esse sintoma nós estamos vendo aqui hoje nessa presença total.

Eu queria cumprimentar o Presidente, meu companheiro da Comissão de Minas e Energia, brilhante jovem, de futuro promissor. Nós que já estamos no final, que já percorremos muito tempo lá naquela Comissão, eu queria cumprimentá-lo, Deputado Eduardo da Fonte. Desde que cheguei aqui, vi que se tratava de um jovem com esperança no Brasil e que buscava soluções, buscava aquilo que o consumidor brasileiro, nesse caso, precisava. Então você foi ao ponto, você detectou um problema, com a ajuda de toda a Comissão, com a ajuda desse combativo Relator, meu companheiro Alexandre Santos, do Rio de Janeiro. Então, esse trabalho da Comissão, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é extremamente produtivo. Só isso já está marcado na sua biografia como um grande defensor do interesse popular.

E quando ouvimos aqui o Dr. Djalma falando abertamente, como é do feitio dele, com franqueza, mas buscando soluções, nós só temos que aplaudi-lo, Dr. Djalma. E sabemos que a Comissão vai entender isso, vai buscar um caminho, vai buscar a formação daquele formato a que o senhor aludiu para que nós resolvamos esses problemas.

Então, eu fico muito satisfeito por estar aqui, representando também o meu Estado, ouvindo um contrerrâneo e vendo um jovem de Pernambuco se firmando, cada vez mais, no trabalho político. E outro jovem, não tão jovem, Alexandre Santos



— não tão jovem, mas jovem ainda — do Rio de Janeiro, também colaborando com isso tudo.

Eu queria então agradecer essa oportunidade, cumprimentar e parabenizar o Dr. Djalma pela sua proposta que, eu tenho certeza, vai ajudar muito esta Casa, vai ajudar muito esta CPI a apresentar.

Hoje é praticamente a última sessão, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exato.

O SR. DEPUTADO MARCOS LIMA - Então, a CPI está fechando com chave de ouro. E queria cumprimentar ainda os outros palestrantes. Não sabemos se vão poder ficar até o final, mas de qualquer forma eu queria cumprimentar a todos, porque eu sei que todos eles têm a boa vontade de resolver os problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço as palavras ao Deputado Marcos Lima, que, eu tenho certeza, engrandeceram muito os trabalhos desta CPI. Eu tenho buscado a orientação dele na Comissão de Minas e Energia e tenho certeza que irei ficar... Estou muito feliz de poder contar com a sua amizade e com a sua experiência para ir adiante nos trabalhos desta Casa.

Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim, que tão bem representa todos nós.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu só pedi a palavra porque fui citado aqui quase como mineiro. Esse privilégio quem tem são essas figuras maravilhosas que hoje ilustram as cadeiras desta Comissão, Marcos Lima, Mário, o nosso Ministro, sempre Ministro, o Cláudio, que também foi citado, e o nosso querido Paulo Abi-Ackel, que representa uma tradição da mineirice nesta Casa através do seu pai, nosso grande Ministro Abi-Ackel.

Mas eu queria dizer que não tive esse privilégio de ter nascido em Minas, que é uma escola de política. Lá se faz graduação, pós-graduação. Mas tive a oportunidade de conviver, talvez, com a maior figura da política brasileira, curtido e criado lá, que foi Tancredo Neves. Tive a oportunidade de estar com ele aqui, convivendo, foi uma lição permanente. Ele era o mestre da política. Todo mestre é uma lição, e ele era uma lição permanente para nós.



Hoje deixa lá dirigindo aquele Estado o seu neto, a quem admiramos pela passagem aqui. Lembro-me bem, eu e Alexandre Santos éramos do PSDB naquela época — não é Alexandre? —, quando entendemos que ali estava, talvez, o futuro do Brasil personificado num jovem que pretendia ser líder do PSDB. E eu e o Alexandre Santos achamos e compramos aquele barulho e “vamos para a frente”. O desafio foi ganho, ele foi líder, de Líder do PSDB passou a Presidente da Câmara, contra tudo e contra todos. E é esse Aécio que a gente conhece, criado dentro de uma família que sabia tudo. Então, o Aécio chega hoje ao Governo do Estado de Minas e, se Deus quiser, o futuro ainda lhe reserva um grande, um sucesso cada vez maior.

E essa mineirice vem aqui hoje emprestar, naturalmente, o brilho e também o respaldo a uma figura que aprendi a admirar ainda como, chegando recentemente a esta Casa, hoje já estou cumprindo o oitavo mandato, tive a oportunidade de conviver, eu aqui na Casa com ele lá no Ministério das Comunicações, que é o Dr. Djalma Bastos de Moraes. Aprendi a respeitá-lo, antes de chegar ao Ministério, já na Secretaria Executiva, Secretário Executivo, e na assessoria direta do Ministro e depois Ministro das Comunicações. Tenho pelo Dr. Djalma admiração muito grande, por isso eu quero saudar a sua presença aqui e dizer que a Comissão foi muito feliz em trazê-lo até aqui, porque tenho certeza que a colaboração vai ser eficaz. Vão emergir hoje deste encontro talvez soluções para aqueles problemas que se buscam nesta Comissão, que é exatamente o novo modelo de tarifa energética, tarifa de energia que possa dar condições àqueles consumidores que precisam realmente de um alento, tendo em vista a situação hoje difícil, principalmente para as classes menos favorecidas.

Mas também, Sr. Presidente, aproveitar o *grand finale* hoje. Hoje é o último dia da Comissão, para saudar o Presidente Deputado Eduardo da Fonte e o Relator, nobre Deputado Alexandre Santos, pelo trabalho que desenvolveram. Foi sem dúvida alguma, uma Comissão, uma CPI, que buscou enfrentar, talvez, um dos maiores problemas que este País atravessa, que é o modelo energético.

Nós estamos à cata disso, à busca disso, porque não se entende que um serviço essencial à vida do País, essencial à vida do brasileiro, e também ao avanço



desenvolvimentista que se busca ainda esteja com soluções muito aquém do que este País precisa.

Esta Comissão, hoje, encerrando os seus trabalhos e agora partindo para o relatório, o que está buscando? Está buscando ainda, dentre aqueles que compõem o cenário da política energética do País, através do Ministério de Minas e Energia, da ANEEL e das distribuidoras, colaborações para que se chegue a uma nova legislação, a um novo modelo. Esse é que foi o grande trabalho da Comissão.

Por isso, mais uma vez, quero parabenizar o Deputado Eduardo da Fonte e o nosso Relator. E nós, que somos membros desta Comissão, estamos muito felizes, porque o avanço foi bastante grande. Tenho certeza de que este País há de se orgulhar do trabalho que foi desenvolvido aqui.

E, logicamente, o Presidente e o Relator já acenaram para o nosso Dr. Djalma, como vão naturalmente acenar para os outros Presidentes das distribuidoras que estão presentes aqui — aproveito para saudá-los —, tenho certeza de que vão acenar para que a gente tenha a colaboração, um grupo de trabalho, e se saia desse imbróglio que foi essa cobrança que o Tribunal de Contas entende indevida e que precisa ser ressarcida àqueles que pagaram indevidamente.

Sr. Presidente, mais uma vez, parabéns. Parabéns ao nosso Relator também pela condução dos trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço as palavras ao Deputado Simão Sessim.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da CEMIG, meu amigo Presidente Djalma, meus caros colegas mineiros, meu caro amigo Simão Sessim, também mineiro, cuja alma é mineira e carioca ao mesmo tempo, eu não poderia deixar de me manifestar aqui também depois de palavras tão carinhosas dos nossos colegas a respeito da nossa união, da união da bancada mineira, quando vemos um dos nossos mais ilustres mineiros, um dos maiores e mais respeitados administradores e gestores públicos de Minas Gerais presente a esta Casa para dar uma aula na Comissão. É nosso dever, nossa obrigação, mas sobretudo nossa maior manifestação de apoio e solidariedade alterar os nossos vãos, fazer-nos presente aqui para dar o nosso abraço ao



Presidente da Companhia de Energia de Minas Gerais, exemplo no Brasil e em todo mundo.

Mas também, neste momento, não posso deixar, meu caro Presidente, meu caro Relator, de fazer aqui a minha manifestação de respeito, parabenizando esta Comissão pelos trabalhos que ora se encerram. Comissão esta que foi dirigida por V.Exa. com grande competência, cujo relatório, preparado pelo experiente Deputado Alexandre Santos, haverá de contemplar as questões aqui debatidas.

Dessa forma, quero cumprimentar meus colegas de Minas, meu querido amigo Simão pelas palavras carinhosas a respeito do meu pai, mas sobretudo parabenizar a todos e dar aqui o meu integral apoio aos trabalhos que aqui estão sendo realizados, em especial à aula que nos foi dada por este grande mineiro que é o Presidente Djalma Moraes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradeço ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

Consulto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra.

Consulto também o Dr. Djalma para saber se gostaria de fazer as considerações finais.

O SR. DJALMA BASTOS DE MORAIS - Apenas um fato. Eu não gostaria de capitanear um grupo de trabalho. Vamos deixar o Poder Público capitanear o processo, mas estamos dispostos a fazer parte de um grupo de trabalho que possa ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de fazer uma referência ao senhor, que com certeza engrandece muito os trabalhos desta CPI.

Tenho certeza de que, para todos que aqui estão, que acompanharam desde o início os trabalhos desta CPI, este momento talvez seja o mais importante desta CPI. O senhor, com espírito público, com responsabilidade para com o povo brasileiro, vem aqui a público dizer que acha justo o consumidor ter seus direitos preservados. Tenho certeza de que não poderia ser diferente, pela sua biografia e pela sua história.

Então, em nome de todos que fazem parte desta CPI, gostaria de agradecer ao Dr. Djalma a sua participação aqui hoje. E quero dizer que hoje as distribuidoras



dão um passo à frente e reconhecem os direitos dos consumidores e vão buscar a melhor forma de reequilibrar essas tarifas e fazer respeitados os direitos dos consumidores brasileiros.

Muito obrigado, Dr. Djalma, em nome de todos que fazem parte desta CPI.

Dando seguimento às outras convocações, gostaria de pedir que se faça presente à mesa o Sr. Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Diretor-Presidente do Grupo Neoenergia.

Digo a todos, mais uma vez, do momento feliz que esta CPI tem aqui com o reconhecimento de um grande Presidente de uma grande distribuidora, talvez uma das maiores do Brasil, que reconhece aqui, de público, o direito dos consumidores. Quero dizer da importância que estão tendo os trabalhos desta CPI em fazer com que as distribuidoras reconheçam que os consumidores têm o direito de serem ressarcidos dos seus prejuízos.

Gostaria de agradecer ao Dr. Marcelo por mais uma vez estar presente aqui à CPI e dizer da importância que é para o Nordeste o grupo que ele representa. Tenho certeza de que o Dr. Marcelo terá um entendimento, acredito, semelhante ao do Dr. Djalma. Com certeza, isso mostra que esta CPI está servindo para criar um novo momento na relação entre as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores de energia. Com certeza, a peça mais importante são os consumidores brasileiros. Mais uma vez eu gosto de ressaltar isso aqui, porque são os consumidores que pagam as tarifas todos os meses. Então, são os consumidores que têm de estar em primeiro lugar.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, para que ele possa iniciar com esse tema, que, tenho certeza, é o mais oportuno para o dia de hoje.

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Quero cumprimentar o Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da Comissão, o Relator, Alexandre Santos, e todos os demais presentes. Quero dizer do compromisso do Grupo Neoenergia com esta CPI.

Sabem que hoje eu estou tomando falta no conselho, né? Está tendo um conselho lá, e eu estou aqui. Ou seja, o meu jetom hoje está cortado.

Na realidade, a gente tem acompanhado o trabalho da CPI, que tem sido exaustivo e às vezes até maçante, mas está caminhando. A gente sempre acha que



esse processo de relação entre as empresas, o Poder Público e os Parlamentares é um processo sempre de aprimoramento. E essas relações vão se desenvolvendo na medida em que cada um conheça a outra parte, as dificuldades, os acertos de cada parte.

Eu quero parabenizá-los pelo trabalho que está sendo feito.

Quanto ao assunto específico, lógico que as distribuidoras não devem cobrar nem mais nem menos daquilo que é justo ao consumidor. Se houve uma brecha, realmente ela não foi percebida por nenhuma das empresas. Não há dolo, porque não pode ter dolo quando se tem relação praticamente com 100% da população brasileira.

Só para uma ideia, Deputado, nós saímos de 1997 para cá de algo em torno de 4 milhões de consumidores e nós vamos, em 10 anos, chegar a 8 milhões e 600 mil consumidores, nos próximos meses, ou seja, uma população basicamente de quase 40 milhões de pessoas. E o trabalho é exaustivo. Nós temos várias... além de conta, tem a parte de comunicação que a gente tem entre os consumidores. Então, nós estamos na casa desses consumidores todos os meses, pelo menos uma vez, entendeu?

Então, é evidente, a gente tem investido recursos bastantes, não só no *Luz Para Todos*. No caso da COELBA, no último contrato a gente está dando 40% do caixa da COELBA para o programa.

Mas, também, temos uma preocupação: não é só levar essa rede ao consumidor, mas criar uma fórmula, uma renda nele, para que ele possa ter aquele consumo de energia sustentado. Então, a gente tem vários programas. No de geladeira, trocamos mais de 40 mil geladeiras; trocamos várias lâmpadas e fiações das casas. Quer dizer, há um trabalho.

Às vezes, as distribuidoras pecam pela falta de habilidade de comunicação com a sociedade. Ninguém tem monopólio do acerto. A gente erra também. Só que a gente sempre procura cada vez mais acertar. Então, a gente tem preocupação com a conta que chega ao pai de família no final do mês; que ele tenha condições de pagar esse serviço, que é... A energia hoje é o sangue do corpo. Não há economia, não há nada que consiga se mover sem energia. A única coisa mais importante do que energia é a água.



Mas, enfim, nós estamos aqui de espírito aberto. Há um contrato. Não houve dolo. Se houve um valor a mais arrecadado, em alguns casos, quando o mercado caiu, houve menos. Mas nós estamos aqui dispostos a sentar com as 3 empresas — Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte —, sentar com o poder concedente e negociar o que tiver de ser negociado que ser negociado, o que tiver de ser ajustado, de forma a não prejudicar o consumidor. Esse é o compromisso que assumimos com as 3 empresas. E estou falando pelo grupo que tem o maior número de consumidores no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, Dr. Marcelo, nós podemos ficar tranquilos, porque a posição do senhor, como Presidente do Grupo Neoenergia, é readequar os valores, de acordo com as orientações da ANEEL e do Ministério de Minas e Energia?

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Com certeza. Agora, como disse o Dr. Djalma, grande parceiro e sócio — inauguramos semana passada uma usina em conjunto —, aquilo que se arrecadou a mais ou a menos foi investido, principalmente pela Neoenergia, CEMIG... Aqui a gente tem vários investimentos, várias coisas planejadas para o País. Ou seja, estamos investindo 100% do lucro praticamente todo ano.

Então, quer dizer, de qualquer maneira, essa discussão tem que ser conduzida, invariavelmente, pelo poder concedente, pela agência, de forma que a gente preserve uma das grandes ferramentas de investimento no setor elétrico, que é a segurança jurídica. A gente tem que fazer os aditivos, cumprir todo o ritual, independente da negociação, para que fique uma ferramenta que possa dar tranquilidade às empresas para continuarem investindo, o que é fundamental.

Eu diria que, na nossa região e no nosso Estado de Pernambuco, eu vejo, com muita satisfação, que as metas do *Luz para Todos...* O programa, na Bahia, começou com 370 mil ligações. Nós vamos acabar 370 mil ligações e haverá mais duzentas. Em Pernambuco, nós ligamos 40 mil a mais do que a meta. Ou seja, atingimos 500 mil ligações no País inteiro. Isso é o vigor de uma sociedade que estava empobrecida e que está começando a ter capacidade de consumir e de ter uma melhora na vida.



Então, quando você faz a casa, casa com 10 pessoas, você liga a casa, daqui a pouco, a família se separa, cria outra casa. Então, há melhoria da condição de vida, e eu acho que o que a gente tem de fazer é investir cada vez mais melhoria do serviço e cada vez mais na forma e na educação que as pessoas tenham para consumir aquilo que é realmente necessário. E é colocar a conta de energia no orçamento familiar. Esse é o nosso compromisso, e nós estamos aqui...

Achamos que o poder concedente pode vir diretamente à gente falar. Nós temos reuniões diárias. Eu quero só...

Naquele primeiro momento em relação à ABRADÉE pode ter havido algum excesso, mas a gente não entende por que o poder concedente não fala com a gente. Então, vamos falar, vamos fazer um grupo, vamos nos reunir e vamos conversar qual é a melhor maneira de se proceder a esses ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então o senhor concorda que os consumidores sejam ressarcidos dentro das regras...

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Que o Ministério e o poder concedente colocaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então...

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Nós somos regulados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, fico tranquilo com a sua posição aqui de que o espírito do grupo que o senhor representa é o espírito de uma melhor relação com os consumidores. E volto a reafirmar aqui da importância que é as distribuidoras valorizarem os consumidores, já que são os consumidores que pagam a conta e que geram os lucros das distribuidoras.

Então, tenho certeza de que os trabalhos desta CPI vão fazer um marco no mercado de distribuição de energia elétrica, onde tenho certeza que as distribuidoras passarão a valorizar mais os consumidores, passarão a respeitar mais os consumidores.

Gostaria de consultar aqui o Relator se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, nós já tivemos a oportunidade de estar com o nosso Presidente do Grupo Neoenergia, que representa várias distribuidoras. E essa posição dele também vem a se somar à do nosso convidado anteriormente. E é uma conscientização em que eu acho que os



agentes que fazem a política, seja representando o Poder Público, mas que representam também uma instituição que representa, certamente, vários grupos de distribuidoras, que a gente aqui estamos simplesmente a perceber da coerência, da seriedade do novo momento de discussão que nós estamos tendo.

O que nós estamos vendo é que teremos que ter a solução daqueles que foram penalizados sem saber por quê.

Então, a posição do Dr. Marcelo vem a se somar à do Dr. Djalma e de tantos outros, como também do Tribunal de Contas da União, que fez um belíssimo trabalho. E reafirma uma nova posição inclusive da representação das distribuidoras. Eu acho que aquela nota ali, como foi dito aqui, foi num momento de ímpeto. Mas eu acho que uma representação não pode ter esses momentos. Ela tem que ter, acima de tudo, assegurar os preceitos de relações que não foram dadas nessa nota - e que eu, como Relator, vou tomar algumas atitudes.

Mas, na posição do Dr. Marcelo, eu não poderia esperar outra posição também, face à sua representação e o seu trabalho diante das distribuidoras e do grupo que ele representa.

Dentro dessa linha, eu acho que já está bem respondido. Só queria saber do senhor... Nós assinamos um termo de compromisso no Estado de Pernambuco, e eu queria aproveitar essa oportunidade para saber daquele termo de compromisso que foi acertado entre o Ministério Público local, entre a comissão presidida muito bem pelo senhor no seu Estado. E quero aqui inclusive agradecer até a sua luta pelo seu Estado, que nos trouxe a lutar pelo Brasil todo, pelos todos 63 milhões de consumidores do Brasil.

Portanto, essa é a pergunta que deixaria sobre o nosso termo de compromisso feito nos realinhamentos necessários que houveram. Nós nos comprometemos junto, com eles na audiência que tivemos lá em Pernambuco.

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - O TAC já está em processo. Ou seja, nós já estamos trabalhando. O Presidente da CELPE está aí, ele tem até as cópias de algumas faturas em que já vão as mensagens. Ou seja, agora é o tempo. Precisamos cumprir aquele termo. Mas vamos cumprir. Acho que não vai ter problema nesse sentido não. Então, não creio que vamos ter problema para cumprimento desse TAC não.



Eu gostaria de falar com o Deputado Eduardo da Fonte. Presidente, tem alguns custos também que a gente precisa da ajuda dos senhores, como o custo de Correios. Imagina mandar 20 milhões de correspondência 3 vezes mais caro do que eu possa contratar. Como monopólio, isso é um custo a mais que a concessionária vai ter. E no caso nosso, que temos uma conta média de R\$10,00 a R\$12,00 para 50% dos consumidores, representa quase 10%.

O custo do ICMS também é bastante alto. Ou seja, a gente precisa trabalhar no sentido de também reduzir os outros componentes dessa conta das contas, que é a conta de energia. Então, acho que o senhor começou esse trabalho; encerra-se aí; mas pode ser feito outro no sentido de reduzir esse custo estrutural que as distribuidoras carregam e às vezes não são compreendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Porque não está gravando. Porque, falando fora, não está gravando.

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está bom assim.

Então, gostaria de consultar se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. E dizer que vamos, juntamente com o Ministério Público de Pernambuco, daqui a alguns instantes, e o Presidente da CELP, debater os andamentos, Relator, Deputado Alexandre Santos, do Termo de Ajuste de Conduta, saber como está sendo feito, para que possamos explicar ao povo de Pernambuco como está sendo tratado e conduzido esse Termo de Ajuste de Conduta.

Mas aqui, Sr. Marcelo, tenho a certeza de que não poderia ser diferente, de que o senhor — à frente desse grupo que com certeza está no dia a dia de milhões de pessoas no Nordeste, onde tem uma renda e um poder aquisitivo mais baixo e uma conta de luz mais alta, com comprometimento maior da renda familiar com o pagamento das tarifas —, não poderia ser diferente.

E que espero também — o apelo que eu fiz ao Sr. Djalma faço ao senhor também: para que tomem um passo à frente também, colaborem com o Ministério de Minas e Energia e com a ANEEL para que esse dano que o consumidor vem sofrendo seja reparado o mais rápido possível.

Eu acho que um gesto de grandeza que as distribuidoras poderão ter com os consumidores brasileiros é também se anteciparem à ANEEL e darem agilidade



para que possamos reparar esse prejuízo que os consumidores estão tendo, o mais rápido possível, porque cada dia que passa um pai de família paga uma conta de luz mais alta.

Então, se pudermos agilizar esse entendimento e reparar esses danos causados aos consumidores de todo o Brasil, acho que vai ser um ato de grandeza que os senhores terão com os seus clientes. Porque, com certeza, volto a repetir, a peça mais importante são os consumidores, que é quem paga a conta e quem gera os lucros das distribuidoras

Então, tenho certeza de que o senhor, juntamente com o Sr. Djalma, juntamente com os outros que vamos oportunizar de debater em seguida, terão a grandeza, irão se antecipar e irão resolver essa questão que é tão importante para todos os brasileiros.

Muito obrigado a participação do senhor aqui e agradeço a colaboração que o senhor tem dado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCELO MAIA DE AZEVEDO CORRÊA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos agora convidar o Sr. Britaldo Soares, Diretor-Presidente das Empresas do Grupo AES-Eletropaulo, e o Sr. José Luiz, Promotor de Justiça de Jacaré.

Também se faz presente — por favor, Dr. Britaldo — a OAB de São Paulo, que é muito importante neste momento. É o Estado que está mais adiantado nesse processo; foi o Estado que iniciou essa luta. E tenho certeza que o posicionamento do Dr. Britaldo não será diferente do posicionamento da CEMIG, nem diferente do posicionamento do Grupo Neoenergia. Porque tenho certeza de que eles reconhecem a importância dos consumidores, de mais de 16 milhões de consumidores que o Grupo AES tem. Se eu não me engano, são 16...

O SR. BRITALDO SOARES - É, 16 milhões de habitantes, 6 milhões de consumidores em São Paulo, mais 1 milhão de consumidores no Rio Grande do Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sete milhões de clientes diretos. Então, tenho a certeza da importância que é, Sr. Britaldo, dar esse passo à frente, o Grupo AES, para que mude a relação da distribuidora com os consumidores. Então, eu acho que aqui, este momento dessa CPI é o momento em



que iremos marcar um novo momento entre relação, volto a dizer, das distribuidoras com os consumidores de todo o Brasil.

Então, peço aqui, em nome dos 7 milhões de consumidores que o senhor aqui representa, que tenha o bom senso e tome iniciativa de fazer esse ajuste, já que é um ajuste de direito dos consumidores, que não é contestado nem pela ANEEL nem pelo Ministério de Minas e Energia. E, tenho certeza que não é contestado por vocês porque uma fórmula matemática eu acho que não se discute, o resultado é prático.

Então, passo a palavra ao senhor para que possa fazer sua exposição e dar essa boa notícia a todos nós.

O SR. BRITALDO SOARES - Muito obrigado. Deputado Eduardo da Fonte, Presidente desta CPI; Deputado Alexandre Santos, Relator. Gostaria de cumprimentar os presentes.

Quer dizer, como o Deputado Eduardo da Fonte colocou, hoje o grupo tem 6 milhões de consumidores em São Paulo, 1 milhão no Rio Grande do Sul. Nós temos pautado a atual administração das empresas pelo foco no atendimento a esse consumidor.

Eu estou tendo o prazer de estar aqui, pela segunda vez, nesta CPI. Eu acho que, na apresentação que eu tive a oportunidade de fazer, nós mostramos aqui a evolução da qualidade dos serviços prestados pela AES-Eletropaulo. É uma empresa que tem a menor frequência de interrupções de energia do País, tem a quinta menor duração de interrupções de energia do País.

E nós temos feito investimentos relevantes para o melhor atendimento aos clientes das empresas. Recentemente nós trocamos o sistema comercial da AES-Eletropaulo, num investimento de praticamente 180 milhões de reais. E temos pautado toda essa administração com esse objetivo.

Tive oportunidade, aqui também, de mostrar, na apresentação do dia 14, a nova conta de energia da AES-Eletropaulo, ou seja, com o objetivo de tornar as informações bastante mais claras para os consumidores da nossa área de concessão em São Paulo. Naquela oportunidade, cheguei a dizer: Eu estou com praticamente 10 anos no setor elétrico, então talvez seja um dos aprendizes do setor, uma vez que entrei nesse setor após as privatizações, hoje tendo o prazer de



estar à frente de um grupo que tem investido na área de distribuição de energia, em média anual, nos últimos 2 anos, cerca de 700 a 800 milhões de reais na área de distribuição de energia.

Quer dizer, o modelo do setor elétrico é um modelo em constante aperfeiçoamento. E se nós temos aqui a oportunidade de mais um aperfeiçoamento, tanto a AES-Eletropaulo como a AES-Sul estarão dispostas, sim, Sr. Deputado Eduardo da Fonte, a junto com a ANEEL, junto com o Ministério de Minas e Energia — uma vez que nós somos empresas reguladas, devemos pautar a nossa conduta pela regulamentação, pela legislação vigente — estaremos, sim, prontos a sentar para contribuir para o aperfeiçoamento da regulação que está sobre a mesa.

Então, o Grupo está disposto e pronto a sentar e a contribuir, da melhor maneira possível, com a nossa equipe mais especializada em regulação — do qual eu não sou especialista —, mas objetivando aí um maior equilíbrio entre distribuidora e consumidor. E obviamente destacando um dos comentários que foi feito aqui por um dos presentes, a respeito do equilíbrio econômico-financeiro dessa relação, que é fundamental para que também as distribuidoras possam continuar investindo, possam assegurar os investimentos necessários para que haja continuidade da melhoria da prestação de serviço ao consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria aqui de reiterar a presença na Mesa do representante da OAB, Dr. José Eduardo Tavorieri de Oliveira, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB de São Paulo. Agradeço a presença da OAB aqui e dizer da importância que é discutirmos, com a OAB presente, uma questão que é tão importante para todos os consumidores do Brasil.

Então, parabenizar a OAB de São Paulo pela presença aqui nessa questão que é de tamanha importância para o povo de São Paulo.

Passar a palavra ao Dr. José Luz, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, para que ele faça as considerações da Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo. Em seguida também, dar oportunidade à OAB para que a OAB se pronuncie.

Mas dizer, Dr. Britaldo, da importância que é mostrar a esta Casa, a esta Comissão, o espírito de cooperação da AES-Tietê em resolver esse problema e



também fazer a mesma sugestão que fiz ao Dr. Djalma, que fiz ao Dr. Marcelo, que é também de se anteciparem à ANEEL e procurarem uma solução, já que esta questão não deixa nenhuma dúvida em relação ao seu mérito, em relação ao direito dos consumidores.

Então, é um gesto que essas empresas poderão dar, poderão capitanear também as outras empresas restantes, que não daria tempo de ter aqui todas, mas temos hoje certamente as mais importantes do País: ratificando e dizendo aqui a todo o Brasil que estão dispostas a sanar esse prejuízo que os consumidores brasileiros estão tendo.

Então, tenham esse gesto de grandeza, se antecipem e colaborem com os poderes do Ministério de Minas e Energia e ANEEL para que esse dano ao consumidor possa ser reparado o mais rápido possível. Porque também tenho certeza e volto a reafirmar: a peça mais importante desse processo são os consumidores, já que são eles que pagam as contas e as altas contas no final do mês.

Com a palavra o Dr. José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ BEDNARSKI - Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a oportunidade por estar aqui. Gostaria de saudar também o Deputado Alexandre Santos, todos os Deputados presentes, o Presidente Britaldo Soares, da ELETROPAULO, nosso parceiro de relação de consumo, porque diz o Código de Defesa do Consumidor que deve valer e ser principal, na verdade, a ideia, o princípio da harmonia nas relações de consumo. Ou seja, buscar um acordo entre fornecedores, consumidores e órgãos de defesa do consumidor. E a nossa intenção no Ministério Público do Estado de São Paulo é sempre fazer uma aproximação com os consumidores, com os fornecedores, privilegiando aqueles que prestam serviço de boa qualidade ao consumidor.

E aproveitar também para saudar o Dr. José Eduardo, nosso parceiro da OAB. A OAB é uma parceira institucional do Ministério Público na defesa do consumidor no Estado de São Paulo.

O Deputado Alexandre Santos havia me solicitado há cerca de 15 dias atrás, quando estive aqui, uma estatística ao menos aproximada de número de ações



promovidas em desfavor de concessionárias de energia elétrica, de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo.

O número é grande em números absolutos, mas em número percentual é pequeno, mostrando que no setor existe lesão a direitos do consumidor, mas essa lesão não é maior do que em outros setores de relações de consumo, como serviços bancários, como telefonia, como mercado imobiliário. Existem problemas no setor assim como existem em outros setores também, mas isso não é um privilégio ou uma razão específica do serviço que é prestado, e, sim, pelo nosso nível ainda em crescimento de cidadania e conscientização e educação, tanto por parte de fornecedores quanto por parte de consumidores.

Especificamente envolvendo a ELETROPAULO, na grande São Paulo, onde eles têm a maior concentração de consumidores, existia um grande número de ações, ações que não é nem possível determinar a quantidade, porque os mecanismos de busca do *site* eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não comporta uma definição de número por foro regional acima de 500. Então, todos os foros regionais da Capital têm mais de 500 ações individuais de consumidores em desfavor da ELETROPAULO em andamento. Portanto, toda vez que, atingido esse número de 500, é impossível a pesquisa determinar o que vem além. Mas existe realmente.

Mas, considerando que a empresa tem 6 milhões de consumidores, a estimativa que nós fizemos, de 3 mil, 5 mil, 6 mil ações, é um número socialmente alarmante. Nós precisamos cobrar dos órgãos de defesa do consumidor, dos legisladores, dos órgãos do Poder Executivo e das próprias empresas uma solução a respeito disso, mas realmente, em comparação com outros setores, a situação não é grave.

Quero até deixar exposto aqui, para nós termos uma ideia, a questão da cidade onde moro e trabalho, que tem 210 mil habitantes, cuja prestadora de serviço não é a ELETROPAULO, mas a Bandeirante Energia. E no juizado especial cível, onde os consumidores procuram — não precisam nem mesmo de advogado, não é Dr. José Eduardo, a princípio, para dar início à sua demanda —, essas relações de consumo são concentradas principalmente no juizado especial cível. Na cidade de 210 mil habitantes, tem cerca de 10 mil ações de consumidores em andamento.



Essas ações se concentram principalmente na área de telefonia, contra a empresa telefônica, que há cerca de 3 mil ações em andamento. Por sua vez, a Bandeirante Energia Elétrica tem apenas 104 ações em andamento, sendo que em toda casa tem energia elétrica e em quase toda tem telefone, ou seja, são mercados mais ou menos do mesmo gigantismo, mas com uma diferença de conflito com o consumidor muito grande.

Gostaria de reafirmar aqui a sugestão de uma forma de diminuir o foco de conflito do consumidor em relação às empresas prestadoras de energia elétrica na questão consistente ao corte do fornecimento, à suspensão do fornecimento. As empresas que realizam esse serviço, por vezes são empresas terceirizadas, empresas menores, que não têm o mesmo desempenho de qualidade da empresa concessionária. Então, seria muito importante que houvesse uma regulamentação desse setor de subcontratação.

E em relação à questão do cálculo do valor da energia elétrica, quero deixar aqui registrado que, no dia 22 de outubro passado, na Capital de São Paulo, a Fundação Procon do Estado fez uma reunião com as empresas do setor, na tentativa de solucionar extrajudicialmente o problema. Não houve acordo porque as empresas entenderam que não era a seara adequada de discussão desse assunto.

Portanto, Sr. Presidente, acho que é muito válida a iniciativa, foi muito pertinente a realização dessa CPI nesse momento, porque aqui, sim, nós temos um foro adequado de discussão, porque essa é uma questão que envolve realmente todo o País.

E as reivindicações que nós temos no Ministério Público do Estado de São Paulo — e aqui falo devidamente autorizado pela minha instituição — são 2 e coincidem com as reivindicações do Ministério Público Federal e dos demais órgãos de defesa do consumidor, dentre eles a Fundação Procon. Nós pugnamos, nós lutamos por uma revisão do modelo para correção da distorção verificada, mas não apenas isso: a criação de um mecanismo de compensação para os consumidores na esfera administrativa porque, se foi pago um valor indevido ou a mais por parte do consumidor, essa mesma coletividade deve ser devidamente ressarcida, o que nós esperamos seja feito nas contas futuras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Agradecer ao Dr. José Luz e passar a palavra ao representante da OAB, Dr. José Eduardo de Oliveira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos, Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo da Fonte, mui digno Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais integrantes da Mesa e saudar os demais Deputados que aqui comparecem, todos os senhores e senhoras.

Em primeiro lugar, é uma satisfação muito grande ter sido convidado a participar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trata de um assunto de interesse social em âmbito nacional. Saio hoje de Brasília extremamente satisfeito porque vislumbro um exercício enquanto cidadão, mas, principalmente, vejo com bons olhos que a política nacional das relações de consumo vem sendo aplicada a contento, como se denota nesses 2 dias de audiência pública.

Eu gostaria de deixar clara a nossa manifestação no sentido... E mais especificamente no Estado de São Paulo, eu devo comungar com o Presidente, Dr. Britaldo Soares, no que diz respeito à melhoria da qualidade dos serviços prestados no Estado. De fato, houve uma melhoria significativa, porque a AES-Eletropaulo ela saiu do destaque de primeiro lugar no *ranking* traduzido pela Fundação Procon e já há alguns anos vem procurando aperfeiçoar os seus serviços. Mas mesmo assim me parece que há necessidade de um aperfeiçoamento maior. Então, eu comungo desse seu posicionamento e lamento profundamente em relação aos demais Estados, porque, lá em São Paulo pelo menos, em determinadas regiões, dependendo do tempo, dependendo da força do vento, o fato é que ficamos desamparados desse serviço essencial.

Mesmo assim eu saio também hoje satisfeito com o pronunciamento do ilustre Presidente Dr. Djalma Bastos que trouxe aqui um discurso conciliador, que é isso que de fato nós buscamos: é a conciliação entre as partes, é a harmonização dos interesses das relações entre fornecedores e consumidores. Mas o que me preocupa um pouco é a manifestação do ilustre Presidente que lhe sucedeu, que procurou, seguindo o seu caminho, repassar a responsabilidade ao poder concedente.



Me parece, eu não quero aqui falar em enriquecimento ilícito porque eu entendo que não haja dolo nessa questão. Mas eu não posso deixar de falar na existência da culpa, seja pela negligência ou pela imprudência, porque dentro de uma estrutura organizacional como a das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, não me parece que vocês não disponibilizem, dentro do seu material humano, os melhores profissionais do País. Então me parece que esse erro poderia ser facilmente identificado e reparado já há muitos anos.

Então, em nome da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, eu faço um apelo para que as concessionárias, de fato e de direito, devolvam a todos nós consumidores aquilo que nos fora tirado indevidamente. Não ilicitamente, mas indevidamente, por conta de um erro, seja ele sistemático, seja ele de cálculo, enfim. O fato é que todos nós chegamos à conclusão que a massa de consumidores, por uma razão ou outra, foi lesada. Intencionalmente ou não, não é disso que tratamos aqui agora; o que tratamos e o que buscamos é a reparação do dano, de maneira que um lado não sofra e o outro também não.

Nós aqui da OAB São Paulo temos uma visão muito aberta em relação a esse novo ramo do Direito, que é o das relações de consumo, e vemos com bons olhos as questões de interesse dos fornecedores, nos preocupamos com os direitos e os interesses dos fornecedores, com o respeito ao contrato, o respeito à lei. Mas a nossa missão, a nossa função é de defender aquelas pessoas que, reconhecidamente por lei, são consideradas as mais vulneráveis, as mais fragilizadas.

Portanto, fica aqui a nossa manifestação no sentido da busca da conciliação, da busca da reparação do dano sem a necessidade de ingresso através do Judiciário. É melhor um mau acordo do que às vezes uma decisão imposta.

E a legislação consumerista, por ser uma das mais modernas e mais avançadas do mundo, inclusive cria mecanismos de solução de conflitos entre fornecedores e consumidores. Então, fica aqui a sugestão para que as concessionárias de serviços públicos essenciais desenvolvam, *interna corporis*, esse mecanismo, criem câmaras de solução de conflito de interesses, evitando assim a intervenção do Poder Judiciário, em demonstração nítida de respeito ao seu maior patrimônio, que somos nós enquanto consumidores.



Eu queria encerrar minha participação agradecendo imensamente o honroso convite que nos fora formulado. Parabenizar o Presidente Eduardo da Fonte, parabenizar o Relator Alexandre Santos e todos aqui que compareceram, inclusive o nosso dileto representante do Ministério Público, que muito nos honra com sua presença e com a atuação sempre ativa na defesa de nós consumidores.

Parabéns e eu agradeço imensamente a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu agradeço ao Sr. José Eduardo de Oliveira pela participação. Dizer da importância que é a OAB estar presente num tema tão importante para os consumidores brasileiros.

Passo a palavra agora ao Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Dr. Britaldo, demais palestrantes e convidados, essa é uma sessão que eu poderia dizer de até mesmo um reagrupamento de ideias e de posições. Nós estamos vendo aqui, do lado daqueles que defendem os consumidores, aqui muito bem representados.

Eu queria muito agradecer a presença de ambos, Vocês estão vendo o trabalho desta Casa, deste Deputado, que buscaram a todos instantes que esse momento pudesse surgir. A consciência que não poderemos continuar prejudicando nem prejudicar também as empresas, a consciência coletiva. E, acima de tudo, nós não poderemos permitir que esses erros ocorram no futuro.

Então, como Relator aqui, eu tenho a obrigação de detalhar e de deixar caminhos que assegurem isso para o futuro. E a participação efetiva também daqueles que fazem o trabalho das concessões públicas também estará sendo observada. E dentro dessa conciliação, eu perguntaria ao Dr. Britaldo se ele já se conciliou com o BNDES, se já fizeram uma reunião, para que nós pudessemos ter esse setor sem os seus enfrentamentos maiores e deixar a sociedade bem representada.

O SR. BRITALDO SOARES - Bom, Deputado Alexandre Santos, eu acho que essa conciliação com o BNDES veio através do acordo de acionistas de dezembro de 2003, que foi firmado entre a AES e o BNDES. De lá para cá, recordando a sessão que eu tive a oportunidade de participar no dia 14, o desenvolvimento foi que, dos 1,2 bilhão de dólares de dívida que foi então renegociada em outubro de 2006, 600 milhões foram pré-pagos ao BNDES; já haviam sido pagos em 2003



outros 90 milhões; e a outra parcela se refere hoje à participação que o BNDES tem no capital da Companhia Brasileira de Energia, que é a controladora, por exemplo, da AES-Eletropaulo.

Dentro disso, a maneira que o BNDES participa do Conselho de Administração, acompanha tudo aquilo que a administração atual tem feito — eu particularmente, que estou lá desde setembro de 2005, tenho desfrutado dessa relação. E a gente tem trabalhado para dar a maior transparência a essa relação com reuniões de Conselho de Administração mensais, reuniões constantes com um sócio importante como o BNDES — e eu acho que aí o próprio testemunho deles pode falar por si só.

Então, como eu tive a oportunidade de manifestar, eu acho que hoje há uma conciliação, o BNDES é acionista relevante da companhia sem sombra de dúvida, é um acionista que nos ajuda também. E vamos continuar trabalhando para melhorar cada vez mais isso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Muito obrigado pelas respostas, já que a intenção realmente dessa CPI é que esse setor seja protegido de todas as formas possíveis e muito bem tenha a sua concepção de transparência, seja nas participações acionárias, seja nos seus trabalhos e acima de tudo nas nossas cobranças aos nossos consumidores.

Eu retorno a palavra ao Presidente para que ele possa prosseguir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Agradeço ao Relator, nobre Deputado Alexandre Santos, aos convidados aqui que expuseram as suas emanções e faculto a palavra a algum Parlamentar que queira utilizá-la. *(Pausa.)*

Como não há nenhum Parlamentar que deseja utilizar da palavra, o Presidente Eduardo da Fonte pediu-me que, enquanto pudesse estar ausente da Mesa, nós não encerrássemos aqui a sessão e aguardássemos o seu retorno. Da minha parte, eu aproveito aqui para expressar-me e dizer que V.Exa., Relator, tem efetivado um trabalho na CPI extremamente importante. E sei que V.Exa., ao concluir o seu relatório, irá apresentar justamente os caminhos pelos quais nós desejamos elucidar toda essa problemática que envolve o setor elétrico brasileiro.



Eu confesso aqui que não pensava que o marco regulatório fosse tão complexo. Não é fácil para o Judiciário, não é fácil para o Tribunal de Contas da União, para as próprias redes distribuidoras, para o grupo gerador, enfim, todo esse complexo que envolve as partes, deliberar sobre esse sistema. E V.Exa. tem sobre si essa responsabilidade de poder apontar os caminhos pelos quais.. E, está claro, há, sim, defeitos a serem consertados, há erros ou procedimentos ou metodologias que devam ser melhoradas, daí porque, acredito que, ao final desses depoimentos, V.Exa. terá, para submeter à Comissão como um todo, um relatório que apontará esses caminhos.

Eu fico satisfeito hoje em poder ouvir aqui dos convidados e convocados o ponto de vista de poder colaborar nesse processo. Aliás eu devo dizer, quando nós temos o poder concedente e o marco regulatório estabelecido, há, sim, o Estado de Direito e há mais do que isso, há um contrato que estabelece a segurança jurídica para todos, inclusive para a sociedade.

Portanto nós temos — aí, sim — que mostrar o caminho, Relator, nobre Deputado Alexandre Santos, para que modifiquemos sem que haja nenhum tipo de quebra contratual. Mas todos, e aqui me parece foi o consenso nessa audiência pública, nós não podemos permitir que a situação permaneça. E não é... E eu aqui deixo claro, talvez aqui até precipitado, mas deixo claro o meu ponto de vista: não há de se escolher culpados nessa história, mas de se apontar um caminho consensual que todos colaborem. E é isto, me parece, que eu pude aprender daqui.

Tive que ficar um pouco ausente porque estamos tendo sessão do Congresso Nacional e, como coordenador do Democratas, eu tive que estar lá presente. Mas encerramos a Ordem do Dia, daí porque retorno aqui e exerço neste momento a Presidência.

Mas V.Exa. deseja falar, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - É apenas um questionamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Nós temos algum depoimento a ser dado ainda, há algum convidado que ainda vá depor na sessão de hoje?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Temos mais um. Pelo que está anotado pelo Presidente aqui, me parece... Luiz Antônio Ciarlini.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - O apelo do Presidente Eduardo da Fonte foi para que a sessão...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Cristián? O Sr. Cristián está aí? Está? Então podemos convidá-lo, não é?

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - O apelo é exatamente nesse sentido: que a gente possa prosseguir a Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - O Presidente chegou. Então, conduza o processo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, para aproveitar este momento de oportunidade que estamos tendo aqui, este momento, eu diria, até mesmo de um compartilhamento de idéias no mesmo rumo, eu proporia até aos nossos representantes das distribuidoras e de grupos aqui que levassem imediatamente uma sugestão a ANEEL, já que não se pode permitir que uma agência que regula esse setor fique 2 anos e 7 meses postergando uma solução e que tenha que ser criada uma CPI para isso.

Os técnicos e os entendidos dessa conta mágica que nós estamos conseguindo decifrar um pouco, eu acho que podem se sentar imediatamente, representando vocês, e levar até uma sugestão para que a nossa agência se socorra de vocês, já que o entendimento deles até hoje tem sido a postergar e a jogar para o Ministério de Minas e Energia. O que nós ouvimos nas audiências que os instrumentos legais que a própria ANEEL tem são suficientes para poder fazer a reformulação necessária.

Portanto, já que nós temos aqui as maiores empresas do País aqui representadas, os maiores grupos que têm interesse que esse processo seja sadio e acima de tudo transparente, eu pediria, se vocês pudessem, como um momento de oportunidade: levem imediatamente à ANEEL sugestões para que possamos brindar aos consumidores e ao povo brasileiro desse momento peculiar que nós estamos passando no setor de energia. E certamente no meu relatório terei oportunidade de



fazer algumas formulações que irão melhorar muito as relações e os procedimentos de todo esse setor.

Presidente, retorno a palavra para o senhor. *(Pausa.)* Bem, o Presidente está tratando aqui da nossa reunião à tarde, mas eu retorno aqui dizendo da importância de termos aqui a nossa representação da OAB, a nossa representação da Promotoria. E dizer aos senhores que estou aqui neste momento fazendo com que esse processo tenha a consciência de todos. O que nós buscamos nesse período todo, fazendo o enfrentamento que tivemos que fazer com grupos que estavam aqui a defender a não transparência desse processo, viemos e estamos trazendo hoje a conscientização e a participação até daqueles que estavam a repensar.

Sr. Presidente, eu também queria dizer que ontem estranhei muito uma posição da funcionária da ANEEL, que ela saiu da sua anormalidade, buscando paralisar os serviços aqui. E eu farei, Sr. Presidente, não só uma representação, mas como pedirei também que ela seja... Vamos dizer assim, eu vou buscar os reparos necessários fazendo com que as ações necessárias sejam feitas, para que uma pessoa que tente, representando uma agência de Governo, representando uma agência, não pode vir aqui para esta sessão ou qualquer outra que seja de uma CPI, tentando obstruir um trabalho que nós estávamos fazendo. É inadmissível o posicionamento da representante da ANEEL, e eu farei, Sr. Presidente, com muito prazer, uma representação e uma ação contra essa servidora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Sr. Relator, consulto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Então, aqui, reiterar, Sr. Britaldo, o posicionamento do Grupo AES-Tietê em rever os prejuízos que os consumidores tiveram. Dentro de um entendimento com a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia, fica aqui esse posicionamento reiterado, que é esse posicionamento do Grupo AES-Tietê aqui representado pelo senhor.

O SR. BRITALDO SOARES - Perfeitamente. Eu só vou corrigir: AES-Eletropaulo e AES-Sul que são as distribuidoras. Só para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito, então.

O SR. BRITALDO SOARES - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Então, gostaria de agradecer mais uma vez a participação do Sr. Britaldo Soares, também da OAB aqui



representada por Eduardo, e também do nosso representante do Ministério Público, Dr. José Luiz. Muito obrigado. Tenho certeza que é um momento importante para esta CPI mostrar que o espírito de cooperação dos distribuidores está acontecendo, e que quem vai ganhar com isso são os consumidores de todo o Brasil. Muito obrigado. *(Pausa.)*

Dando prosseguimento aqui aos trabalhos, gostaria de chamar à Mesa o Sr. Cristián Eduardo Fierro Montes, Diretor-Presidente da AMPLA Energia Serviços S.A, e também a Sra. Luciana de Oliveira de Almeida, Presidente em exercício do Instituto de Defesa do Consumidor do PROCON – DF, que muito engrandecem os trabalhos desta CPI com suas presenças. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao Sr. Cristián, tenho certeza da importância que é o espírito de colaboração entre as distribuidoras e os consumidores. Tenho certeza de que o espírito da AMPLA não será diferente, em aqui nos ratificar e dizer que terá também o mesmo espírito de colaboração com os consumidores do Rio de Janeiro e das empresas que pertencem ao Grupo Ampla, de reparar os danos que os consumidores tiveram nos últimos anos com esse erro da metodologia de reajuste — e que isso seja reparado o mais rápido possível para que esse problema não continue aumentando.

Então, passo a palavra ao Sr. Cristián Eduardo Fierro.

O SR. CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Presidente da Mesa Eduardo da Fonte, boa tarde ao Sr. Relator, Deputado Alexandre Santos, boa tarde aos demais Deputados, boa tarde a todos os presentes.

Primeiro, agradecer o convite que temos recebido desta Comissão para poder esclarecer e colocar-nos à disposição para conversar sobre os temas do desenvolvimento do setor de energia elétrica. Como muito já foi bem colocado por nossos colegas, eu acho que a gente sempre está disponível, nossas distribuidoras de energia elétrica sempre estiveram e vão estar disponíveis para aperfeiçoar possíveis imperfeições que tenha a legislação do setor de energia elétrica. E como não podia ser diferente, nos colocamos à disposição, ao igual que as demais distribuidoras de energia elétrica, para conversar, buscar caminhos de entendimento, buscar soluções no sentido de que aquilo que seja definido como



equivocado, como uma brecha da legislação, seja corrigido e possa aperfeiçoar o marco do setor elétrico, que eu acho que é o objetivo comum que todos temos, no sentido de cada vez ter um setor elétrico melhor, com uma legislação aperfeiçoada, que, aliás, é hoje uma legislação modelo no mundo como um todo e nos colocar à disposição como empresa, com nossos técnicos, para, em conjunto com as outras distribuidoras, com os outros agentes do setor elétrico, com o Ministério, com esta Comissão e com a Agência reguladora, encontrar esses entendimentos no sentido do que a Mesa está colocando. Então, Sr. Presidente, posso só reafirmar nosso compromisso de continuar o caminho indicado pelos outros Presidentes, começando pelo Djalma Moraes, Presidente da CEMIG, e pelos demais Presidentes das distribuidoras, e manifestar nosso maior interesse em resolver isso com a rapidez que o tema merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tenho certeza de que não poderia ser diferente, Dr. Cristián, porque tenho certeza de que, como as demais distribuidoras, o espírito da AMPLA é hoje diferente, após esses momentos, de colaboração com os consumidores, porque nós temos que nos conscientizar de que a peça mais importante — não me canso de falar — são os consumidores brasileiros, porque são eles que pagam as contas e que se sacrificam bastante para que tenham de pagar essas altas tarifas.

Então, passo a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Dr. Cristián, Dra. Luciana, senhores, eu, Dr. Cristián, queria aqui dizer que um grupo, somente que o senhor representa, de distribuidora lá do Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, mesmo um grupo hoje internacional, tende a ver que um dos melhores negócios hoje é o do ramo de energia. Vejo que vocês tentaram, dentro do Estado do Rio de Janeiro, fazer alguns avanços, inclusive sobre a perda, sobre furto, nesses procedimentos.

Queria louvar sua atitude e homenageá-lo em relação aos outros para os que estiveram aqui sobre os procedimentos que eu acho que nós deveremos adotar nas relações dos agentes de Estado. E é isto que nós estamos procurando nesta Casa: o respeito por ambas as partes e a conscientização desse processo que nós teremos de fazer em conjunto.



Mas eu queria buscar algumas indagações sobre um procedimento que houve, no Estado do Rio de Janeiro, sobre a troca de medidores. E essa troca de medidores nos levaram a várias ações, vários momentos inoportunos nas relações dos consumidores com a distribuidora, que era a nova modelagem dos medidores que ficavam nos postes sem o acesso ao consumidor e sem o direito até mesmo de uma defesa que tem de haver permanentemente aquele que consome e que paga.

Procurei algumas respostas sobre a modelagem nova e vi que a autorização daquele relógio, que é um relógio que se está implantando, inclusive não só no Brasil, mas em outros países, mas, dentro do nosso País, ele teria de ser aferido pelo INMETRO. E o INMETRO deu uma autorização — não era uma autorização própria —, era para se fazer inicialmente uma aferição, em um período de aferição. Em cima disso, pegou-se, se não me engano, um empréstimo no BNDES de 160 milhões e saíram trocando todos os medidores — aí eu volto a falar dessas agências, dessas câmaras de regulação, que foi falada aqui a necessidade disso — sem alertar os consumidores, trocando de um dia para o outro, tendo eles uma mudança imediata no seu relógio, e sem eles terem a quem recorrer. Até hoje ainda abrem-se CPIs no Rio de Janeiro, em alguns municípios, sobre essa relação.

Não seria hora também de a AMPLA ter uma nova relação com os consumidores, já que vocês fazem uma boa relação com os municípios através de patrocínios, de agendas culturais, de tudo isso? Mas eu venho aqui num processo que nós temos de adentrar, que se chama a relação ente, o que consome, e o que faz com que a energia chegue lá através da distribuição, que são vocês.

Já que penalizou muita gente, já que vocês estão com muitas ações ainda, então, queria ouvir do senhor qual é o posicionamento dessa empresa, que é fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro, já que, hoje, o Rio de Janeiro é um dos Estados que mais estão a se desenvolver, já que só em Itaboraí temos o COMPERJ lá, que só a necessidade de energia será uma coisa fundamental para o progresso e o desenvolvimento do Estado e do País.

Portanto, era uma das posições que queria ouvir da sua parte: qual o posicionamento da sua empresa referente a essa mudança nas relações consumidor e gerador de energia?



O SR. CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES - Obrigado, Sr. Deputado.

Bom, no início... Bom, acho que é bom para comentar aqui com os senhores, sei que você é um grande conhecedor do Rio de Janeiro, nosso Estado, e é conhecedor dos maiores problemas que enfrentam as distribuidoras de energia elétrica do Rio de Janeiro, AMPLA, Light e Nova Friburgo, e que oneram a conta de energia de muitos consumidores que fazem questão de pagar sua conta em dia e tal. E a perda de energia, Rio de Janeiro é um dos Estados com perda mais alta do Brasil. E, nesse sentido, a gente partiu numa inovação, acho que até apelando à criatividade do carioca, à inovação, à capacidade de inovar, de se motivar, e surgiu essa solução que você tem chamado de medidor eletrônico e que, nos primeiros momentos, provocou, eu diria, inquietudes na população do Rio e que, depois dessa inquietude, desse choque, até poderíamos falar cultural, a gente abriu caminhos de conversa e de entendimento com lideranças, com Deputados, com Parlamentares, com as próprias Prefeituras no sentido de aperfeiçoar os procedimentos com que a gente está fazendo isso. E hoje, diria, estamos — talvez até um aprendizado da gente — buscando fazer um pouco diferente. A gente chega às comunidades, primeiro, com um programa cultural, um programa social, que você muito bem comentou, em 2 sentidos.

O primeiro é ensinar a ter um uso mais eficiente da energia elétrica. Hoje, grande parte do desvio de energia é por conta do mau uso da energia elétrica, do uso descuidado não por má vontade, se não até por falta de conhecimento. E um segundo caminho, que é buscar com as famílias eficiência nas instalações das casas dos clientes. E nós aí entramos com projeto de troca de fios.

Temos casa no Rio onde o fio telefônico é usado para levar energia elétrica, isso provoca desperdício e o cliente termina pagando uma conta mais alta que o necessário, e nós trocamos os fios. E, com troca de geladeiras. Muitas vezes, a gente até dá de presente uma geladeira. E é uma geladeira ineficiente, que consome muita energia, e a gente vai com projeto de eficiência energética no sentido de acomodar o consumo de energia, sem prejuízo na qualidade de vida do cliente, a patamares razoáveis de contas de energia. Feito isso, a gente vai e faz essa reforma na medição.



E outra coisa que passamos a incorporar, diria 2 coisas, um pouco técnicas: demos uma paralisação na instalação de medidores durante 1 ano e meio, aproximadamente. E o INMETRO até trouxe — o INMETRO é o órgão certificador de medidores do Brasil — técnicos especializados da Europa, com doutorado nesses temas, para mergulhar a fundo em como está sendo feita essa medida. E, depois de todos os testes, fizemos algumas mudanças no medidor e, hoje, 2 meses atrás, foi aprovado e certificado formalmente pelo INMETRO.

E passamos a incorporar o *display*, o *display* na casa de todos os clientes. Hoje, todos os clientes têm um *display*, que é onde eles podem acompanhar informações sobre o consumo de energia, a data de leitura, enfim, um número grande de informações que o cliente... Inclusive maior do que as informações que tinha com o medidor tradicional, e hoje isso está sendo colocado em toda casa de cliente. Não é faturado nenhum medidor novo. Se o cliente não estiver devidamente informado, nós entregamos uma cartilha para esse cliente com todas as informações, e se não tiver esse *display* na sua casa para ele poder acompanhar seu consumo devidamente. Então, temos feito mudanças e obviamente ficamos abertos a continuar conversando, continuar dialogando, para continuar aperfeiçoando os processos que sejam necessários para levar mais tranquilidade aos nossos clientes e mais transparência aos nossos clientes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Cristián, então eu posso assegurar aos consumidores do Estado do Rio de Janeiro que nada será feito sem a sua participação?

O SR. CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES - Hoje, o que está sendo feito é entregar as informações para o cliente, colocar o *display* para o cliente e só faturar depois disso. Antes, não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Hoje os clientes têm a leitura do seu consumo?

O SR. CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES - Têm.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Foi uma grande mudança, e nós temos de combater a perda, realmente, os gatos, os famosos gatos, porque isso atribui a outro a penalidade por não estar consumindo. Acho que nós temos de buscar realmente isso, mas com os cuidados necessários que não houveram



anteriormente. E eu pediria mais uma vez aqui, em nome desta Comissão e em nome do setor que necessita ter mais transparência, que se fizessem essas alterações com os cuidados necessários, principalmente conscientizando aqueles que são mais importantes no seu setor, que são os que pagam realmente as nossas contas no dia a dia.

Portanto, Sr. Presidente, com a resposta que me foi dada, já posso dizer ao povo do Rio de Janeiro que mudamos a concepção do que estava sendo feito, porque as pessoas acordavam no dia seguinte com medidores mudados e elas não sabiam nem onde ver seus gastos. E nós vamos acompanhar, certamente porque é de interesse de toda a sociedade para que nós possamos acompanhar, e vemos o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado, porque eu acho que é esse o grande interesse de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de passar a palavra à Dra. Luciana, antes questionando, porque eu acredito que ela já está com essa matéria do *Correio Braziliense* tratando aqui das tarifas superfaturadas, é a manchete do *Correio Braziliense* de quarta-feira, 28 de outubro. A ANEEL errou na metodologia. A Agência reguladora reconhece que, nos últimos 7 anos, o consumidor brasileiro pagou além do que devia às concessionárias. O Ministério Público do DF investiga quanto a CEB cobrou a mais do brasiliense.

E também perguntar ao PROCON aqui do Distrito Federal a questão da interrupção no fornecimento de energia. Eu tenho informações aqui de todos até que colaboram com esta CPI que é um dos problemas graves que a CEB enfrenta, com prejuízos inclusive de danos materiais a seus consumidores. Queria saber da senhora como está sendo conduzido isso, para que nós possamos explicar ao povo do Distrito Federal.

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA - Gostaria primeiramente de cumprimentar o Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI, o Deputado Alexandre Santos, Relator, e todos os presentes.

A questão da interrupção que gera danos ao consumidor, que queima sua televisão, seu aparelho de som, com certeza corresponde a pelo menos 50% das reclamações que ele registra no PROCON sobre o serviço de energia. Então, o grosso aqui no Distrito Federal realmente é sobre essa questão. O consumidor tem o



dano em virtude da queda de energia, procura a empresa e a empresa não realiza o procedimento necessário para pagar o prejuízo que ele teve com a queima daquele aparelho.

Então, nós temos lá vários processos sobre esse assunto, vários em andamento. Já tivemos algum com aplicação de sanção à CEB e o que vemos, infelizmente, é que a postura não só da CEB, mas de outras prestadoras de serviço público, tem sido um pouco pior do que as empresas que prestam outros serviços, que vendem outros produtos em relação ao PROCON. Aí é uma postura que não é muito profissional, eu diria assim, que não existe muito empenho. Parece que a empresa está mais preocupada em prestar o serviço, receber o dinheiro da fatura e não em cumprir o Código de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Nessa questão do pagamento a maior dessa matéria, o PROCON já está tomando algum posicionamento, já está analisando?

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA - Não. Deputado, ainda nós não realizamos nenhum procedimento. Mas eu gostaria de falar — aproveitando que o Dr. José Eduardo falou sobre o acordo —, a partir de hoje, com a divulgação dessa matéria aqui neste jornal de grande circulação no DF, os consumidores já vão lotar o PROCON. Tenho certeza disso, porque é assim que acontece. O consumidor não só do DF, eu acredito, mas de todo o Brasil, ele está muito consciente e eu acho que essa consciência também tem que se estender às empresas, porque, uma vez constatado esse erro, por que esperar que os PROCONs atuem, por que esperar que o Ministério Público e o juizado atuem? Para que isso, sendo que já foi constatado o erro? Seria muito mais barato, muito mais socialmente justo devolver logo aos consumidores voluntariamente esses valores indevidos, porque eu não tenho dúvida de que, a partir do momento em que essa questão for divulgada, os consumidores vão lotar os PROCONs da sua cidade.

Os PROCONs hoje estão presentes em todos os Estados. Então, é fácil para o consumidor reclamar. E certamente eles vão reclamar, a partir da divulgação dessa matéria. E o PROCON, agora já com a definição do erro — não sei se das empresas ou da ANEEL, mas de que houve o erro —, vai procurar saber



exatamente o cálculo necessário para se averiguar o quanto é devido a cada consumidor para que possa, sim, tomar as medidas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos, gostaria justamente de dizer da importância que é chegarmos logo a um resultado favorável para os consumidores do Brasil, porque vai haver uma verdadeira demanda aos PROCONs, à Justiça, para que seja reparado um direito que é legítimo aos consumidores.

Então, mais uma vez eu gostaria aqui de reiterar a posição do nosso Ministro, do Presidente da CEMIG, Dr. Djalma, e dar um passo à frente e construir uma solução de bom senso, um solução que, com certeza, irá trazer, preservar os direitos dos consumidores.

Então, passo a palavra ao Deputado Alexandre Santos. Agradeço a participação da Dra. Luciana, que, com certeza, realiza um trabalho muito importante para os consumidores do Distrito Federal, parabenizando, em nome dela, a todo o PROCON de todo o Brasil, que tem dado um apoio importantíssimo aos consumidores. Com certeza, o PROCON engrandece essa nossa luta e, sem dúvida, é responsável em defender os consumidores na ponta. Parabéns, Dra. Luciana. Parabéns a todo PROCON de todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu estava aqui já me preparando, Dra. Luciana Oliveira de Almeida, que representa a defesa do consumidor aqui em Brasília, e certamente, doutores, acho que hoje a pauta aqui seria, estava sendo muito mais de revermos um processo que já está consagrado em todo o País, junto com as agências, junto com as distribuidoras. Mas o que nós não podemos mais aceitar é que a Companhia Energética de Brasília não se atualize nos tempos atuais, que ela não perceba que hoje a relação de um agente que representa o Estado, porque é uma concessão pública, ele tenha ainda esse papel. Isso foi no passado, nas dificuldades.

Hoje, nós estamos num momento diferenciado no nosso País, graças à luta de muita gente. E nós não vamos permitir que isso passe em branco. A senhora tenha certeza de que esta Comissão aqui fará algumas anotações no seu relatório, para que se tome providências imediatas contra a Companhia Energética de Brasília, para dar as respostas necessárias às suas obrigações, porque o que nós



também iremos solicitar é a reversão de algumas concessões já dadas, já que algumas empresas extrapolam as suas relações que têm que haver inclusive com o consumidor.

Eu posso dizer aqui que a AMPLA não teve alguns procedimentos que eu vi em alguns Estados do nosso País. A AMPLA certamente não pegou policial para prender gente, como foi feito em alguns Estados, porque, lá no Rio de Janeiro, o direito à defesa, ao cidadão, é muito rápido. E em alguns Estados do nosso País ainda não tem isso. Então, eu quero dizer aqui que será visto e aprofundado o estudo sobre a relação da Companhia Energética de Brasília com os consumidores dessa cidade.

Eu queria lhe parabenizar pelo seu trabalho e agradecer muito a sua vinda nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - E também, Dra. Luciana, quero pedir à senhora que o PROCON, junto com o Ministério Público, acompanhe os procedimentos, daqui para frente, da CEB. Ah, sim, eu tenho certeza de que a senhora vem acompanhando, mas também acompanhando essas questões da perdas que a CEB causa aos consumidores, também esses investimentos, para que não sejam repassados tanto para os consumidores, estejam atentos nessas questões, para que a conta do Distrito Federal não venha a tomar as proporções dos outros Estados.

Hoje, o Distrito Federal tem uma conta que não é igual a do Maranhão, mas que já subiu neste mês bem acima dos índices inflacionários. E tenho certeza de que o PROCON e o Ministério Público estarão atentos para que não deixe com que esses desmandos aconteçam aqui no Distrito Federal, e parabenizar a senhora pelo trabalho, mais uma vez, e por estar aqui participando desta audiência que é tão importante para o povo do Distrito Federal, para o povo brasileiro. Muito obrigado.

Também quero agradecer ao Sr. Cristián por ter participado desta audiência pública. Tenho certeza de que a sua posição em respeitar os direitos dos consumidores é muito importante para esta Comissão e muito importante para os clientes da AMPLA. Eu tenho certeza de que o senhor irá tomar essa iniciativa de refazer esses prejuízos que os consumidores tiveram o mais rápido possível, porque



tenho certeza de que preservar os consumidores, a partir de hoje, será também interesse da AMPLA e demonstrado isso em público. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, é só para informar a todos que amanhã também nós teremos uma agenda, às 12h, no Plenário 9, com uma audiência pública com o tema *Rompimento da Barragem do PCH de Apertadinho*, no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia, ocorrido em 9 de janeiro de 2009, onde estão sendo convidados e convocados o Sr. Hécio Garcia Camarinha, Engenheiro e Diretor das Centrais Elétricas de Belém, CEBEL; o Sr. Milton Schahin, Diretor da Empresa Schahin Engenharia S.A; e o Sr. Francisco J.S. Pereira, Engenheiro Civil e Perito do Ministério Público do Estado de Roraima, onde nós poderemos buscar o entendimento e, acima de tudo, soluções para aquele evento ocorrido na PCH de Apertadinho, no dia 9 de janeiro de 2009.

Portanto, Sr. Presidente, era para informar aos Srs. Deputados e a esta Comissão que amanhã nós teremos, às 12h, uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dando prosseguimento à reunião, gostaria de convidar para tomarem assento à Mesa o Sr. Mavíael de Souza Silva, Promotor de Justiça do Consumidor do Estado de Pernambuco, e o Sr. Luiz Antônio Ciarlini, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco — CELPE.

Antes de iniciar a reunião, passarei a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos, para quebrar alguns rumores, algumas questões que foram colocadas para o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Srs. convidados, Srs. Deputados, eu acho que nós estamos terminando a nossa Comissão. É uma das coisas que não passou por esta Comissão, por esses membros desta Comissão, é sair da normalidade e da relação que nós temos que ter de respeito às pessoas e todas as empresas que vieram aqui representadas.

Fiquei até espantado quando recebi alguns telefonemas de algumas pessoas de relação desta Casa, seja Líder, Presidente da Casa, de que nós estaríamos convidando pessoas hoje e, ao convidá-las, iríamos prendê-las. Quero dizer que há muita gente em volta dos Srs. convidados aqui tentando se fazer de mais importante do que parece. O que nós buscamos, a todo momento, foi entendimento, foi a



participação efetiva e foi a transparência que esse setor, as empresas e os seus representantes têm que ter com esta Casa, que representa o povo brasileiro, e com os seus consumidores. Mas nós não podemos permitir que saiam sequer insinuações de que nós estaríamos querendo praticar qualquer ato que viesse a violentar as relações que nós buscamos a cada instante dentro desta Comissão e com as pessoas que aqui estiveram contribuindo para o nosso trabalho. Portanto, eu queria deixar bem claro isso que, nos meus relatórios, eu pedirei aos agentes que deverão fazer as suas ações, os seus procedimentos necessários, mas daqui desta Comissão e dos nossos Parlamentares, em momento algum saiu posições que viessem a ferir as relações que nós temos aqui com as pessoas e o respeito.

Portanto, era o que eu queria, Sr. Presidente, já iniciando este último momento, para que ficasse bem claro que tem muita gente querendo ser mais importante ou vender, como muita gente fala, aquilo que não existe. O que existe aqui é muita transparência, tranquilidade e muito serviço a ser feito à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Só complementando as palavras do Deputado Alexandre Santos, dizer do espírito de responsabilidade com que conduzimos esta CPI desde o início. A maioria de vocês que aqui estão acompanhou as audiências desde o início, sempre buscando o entendimento e fazendo prevalecer os direitos dos consumidores.

Temos atribuições importantes, temos responsabilidades importantes. E vamos usar essas atribuições para que possamos realizar um trabalho sério, um trabalho responsável, um trabalho em que o intuito é o de fazer com que os direitos do povo brasileiro sejam respeitados. Então, eu tenho certeza de que esta CPI dará uma contribuição muito importante para o setor, para a relação entre consumidor e distribuidor de energia elétrica, porque o que não podemos admitir é que os consumidores não tenham respeitados os seus direitos.

E também aqui fazer uma referência, já que esta CPI se iniciou justamente por uma questão de Pernambuco, onde iniciei aqui a minha luta em defesa dos consumidores pernambucanos, desde 2007, na Comissão de Defesa do Consumidor, na Comissão de Minas e Energia; onde busquei realizar várias audiências públicas — foram mais de 10 solicitações de audiências públicas —,



justamente para discutir os reajustes das tarifas de energia elétrica. No primeiro momento, em 2007, a ANEEL, juntamente com a CELPE, se opuseram a estar presentes nas audiências públicas para tratar de um tema tão importante, que é o reajuste tarifário do povo pernambucano. E foi por essa iniciativa que a CELPE tomou, no ano de 2007 e também no ano de 2008, que procurei os meios e os caminhos para que a Casa do povo brasileiro fosse respeitada, para que o povo pernambucano tivesse os seus direitos respeitados. Foi daí que dei entrada, que protocolei assinatura desta CPI, com 292 assinaturas válidas, dos Srs. e das Sras. Deputadas, mostrando que era um anseio não só de Pernambuco, mas um anseio de todo o Brasil discutir essa questão que é tão importante para as famílias brasileiras.

E dizer que vamos encerrar as audiências públicas desta CPI justamente pelo Estado que iniciou esta CPI, porque foi pelas questões do povo pernambucano que estão hoje prevalecendo os direitos do povo brasileiro. Então, é muito importante esclarecermos qualquer tipo de dúvida em relação a isso, porque, Deputado Raul Henry, tenho certeza de que o senhor, como Deputado de Pernambuco, tem o mesmo intuito que eu, que é o de defender os direitos dos consumidores de Pernambuco; é assíduo na CPI e tem a mesma vontade, que é a de fazer preservados os direitos dos consumidores de Pernambuco.

Então, como os nossos interesses tenho certeza de que são os interesses dos demais Deputados que fazem parte desta Comissão, que são os de defender os direitos dos consumidores brasileiros.

E hoje esta CPI dá um passo à frente, quando chegamos ao término das suas audiências públicas com um consenso da ANEEL, do Ministério de Minas e Energia e de várias distribuidoras de energia elétrica: realmente existia uma falha na metodologia de reajuste das tarifas, e os consumidores têm um direito, têm um saldo positivo no encontro de contas entre consumidor e distribuidor de energia elétrica. Então, tenho certeza de que, a partir deste momento, o entendimento será rápido e que os consumidores terão preservados os seus direitos e terão respeitados os seus direitos.

Então, vamos iniciar mais esta participação aqui com um termo de compromisso, que foi assinado na audiência pública do Estado de Pernambuco, no



dia 2 de outubro. Foi assinado um termo de compromisso entre a CPI das Tarifas de Energia Elétrica, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, a CELPE e o Grupo Neoenergia, que se comprometeram em fazer uma revisão das contas de energia elétrica que tiveram oscilações maiores que 10%.

Só para esclarecer: é um caso recorrente, de reclamações em Pernambuco, tarifas que oscilam; geralmente, uma tarifa em torno 80 reais de repente vem 150; e muitas vezes o pai de família não tem como pagar essa conta e, às vezes, tem a sua luz cortada.

Então, esse termo de compromisso marca um novo momento entre a empresa distribuidora de energia elétrica do Estado de Pernambuco, a CELPE, e os consumidores pernambucanos. E tenho certeza de que isto aqui será só o início de um novo momento, um momento em que a CELPE vai passar a respeitar os consumidores de Pernambuco, um momento em que a CELPE dará o tratamento que o povo de Pernambuco merece.

Então, gostaria de passar a palavra, primeiro, ao representante aqui do Ministério Público, Dr. Mavíael de Souza Silva, para que o senhor, como parte neste termo de compromisso, possa nos dizer aqui, nesta CPI, como é que está sendo conduzido esse termo de compromisso, que, tenho certeza, é tão importante para o povo pernambucano.

O SR. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Uma boa-tarde a todos. Boa tarde, Exmo. Deputado Eduardo da Fonte, nosso conterrâneo do Estado de Pernambuco; boa tarde, Relator da CPI, Alexandre Santos.

Quero saudar todos os demais Deputados na pessoa do Exmo. Deputado Raul Henry, também nosso conterrâneo do Estado de Pernambuco.

Iniciando, eu quero dizer que o Congresso Nacional, especificamente a Câmara dos Deputados, está prestando relevante serviço à sociedade, um serviço de grande valia para toda a sociedade brasileira, especialmente a pernambucana.

A assinatura desse termo de compromisso é um marco em relações, tratando-se da CELPE. Por quê? As relações entre CELPE e consumidores, ou órgãos de defesa do consumidor, não se pautam de uma forma como se deveriam pautar fornecedor e consumidor. Por quê?



A CPI foi inspirada nos problemas por que Pernambuco passava ou passa, que vão desde a utilização de policiais — ou iam — para cobranças e — pasmem! — prisão de pessoas que, em tese, estariam furtando energia elétrica, sem que esse direito de defesa fosse dado à pessoa. Isso passando por uma assinatura de um convênio. A CPI tomou conhecimento disso em nosso Estado. Este assunto é matéria, hoje, de uma ação de improbidade administrativa, movida pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público contra a empresa CELPE e alguns agentes públicos.

A forma de abordagem dos prestadores de serviço da empresa CELPE às residências pernambucanas está ao arrepio da lei. Eles entram em casas de pessoas com crianças ou incapazes sem a presença dos pais ou responsáveis pela residência. É uma relação que tem de mudar, é uma relação que tem de ser pautada pelo respeito. Pessoas acusadas de crime ou que em tese estariam praticando crime, muitas vezes, só têm a sua residência invadida após um mandado de busca e apreensão. Uma concessionária de serviço público adentra na casa das pessoas de qualquer forma.

Há ações em relação à metodologia de tratamento, à utilização de nomes de órgãos técnicos, para que o consumidor venha a acreditar que aquele laudo pericial — que a CELPE dizia ser um laudo pericial — era um documento vindo de um órgão técnico estatal e que indicava que havia ali fraude ou furto de combustível por conta de adulteração em medidores.

A título de exemplo, para não citar todos os problemas recorrentes, esses são os principais. Relação de consumo se baseia na boa-fé e no respeito, de início.

A CELPE é uma concessionária de serviços públicos que monopoliza o serviço de fornecimento de energia elétrica no Estado de Pernambuco. Ela substituiu o monopólio estatal. E, hoje, esse monopólio estatal foi trocado por um monopólio privado.

Criou-se a ANEEL, como agência reguladora do mercado, como também a agência que ia fiscalizar o desempenho dessas companhias, dentre elas a CELPE, como todas as outras prestadoras desse tipo de serviço. E a ANEEL firmou o contrato de concessão. E entre as cláusulas do contrato de concessão está o respeito aos direitos do consumidor.



Mas a ANEEL não fiscaliza com tanta eficiência ou com eficiência nenhuma, pelo menos em Pernambuco. E a CPI é extremamente importante porque órgão legítimo do Poder Legislativo federal que pode cobrar responsabilidades dessas agências e que pode contribuir para que elas mudem a sua forma de atuação. A ANEEL se porta mais como uma grande defensora da fiscalizada do que como uma agência reguladora. Isso é um fato. Digo isso a vocês porque ajuizamos ação, em face da CELPE, aí ingressa na ação a ANEEL, porque tem interesse na causa. Ela não teve interesse em fiscalizar antes e evitar que o problema ocorresse. Ela não teve interesse em, usando de seu papel de agência fiscalizadora e reguladora, observar as falhas do fornecedor em relação às relações de consumo.

E o que mais ainda nos deixa surpreso é o tratamento de representante da ANEEL com a CPI. Imaginem o tratamento, a importância que ela dá ao consumidor. Se nós todos Promotores de Justiça, Juízes, Parlamentares, e até concessionária de serviços públicos, temos a função de servir à sociedade... Por quê? O concessionário, mesmo sendo uma empresa privada, ele presta um serviço essencial. Eu não consigo comprar energia elétrica em Pernambuco, a não ser a CELPE. E ela está me vendendo energia elétrica porque recebeu aquela concessão pública, durante aquele tempo, para explorar o serviço. Logicamente que nisso há lucro, mas a obtenção do lucro tem de se basear também em ética. E nós esperamos que a CELPE comece a mudar a sua forma de relacionamento com o povo pernambucano, que comece a respeitar as pessoas das quais ela auferir seu lucro.

Srs. Parlamentares, esta CPI pode produzir um resultado extraordinário em benefício do nosso povo: mostrar os pontos falhos da atuação das agências; começar a separar o poder regulador das concessionárias; fazer com que o poder regulador de fato exerça o seu papel, porque não adiantam ações judiciais que levam anos; não adiantam ações criminais, que também levam anos porque tem todo o direito de defesa — este é o Estado Democrático de Direito.

O consumidor também merece direito de defesa. Merece ser tratado com transparência. Transparência é uma palavra que não é só uma palavra, é um valor, é um princípio de relação de consumo.



Este termo de compromisso já está em vigor. Até agora nós não recebemos da CELPE um indicativo ou um estudo de forma de seu cumprimento. Nada melhor do que esta oportunidade para perguntar: já começaram a desenvolver a estratégia ou a estatística de cumprimento, para que a gente possa acompanhar a evolução do cumprimento, já que o prazo de 90 dias já começou a correr?

E mais ainda, se o Deputado me permite — e falando aqui em relação à diferença das tarifas —, eu até lanço uma sugestão, Deputado: que a CPI, continuando o serviço que vem prestando à nossa sociedade, encabece um movimento aqui para firmar ajustamentos de conduta com as concessionárias no sentido de possibilitar que as pessoas possam reaver os valores que foram pagos a mais, inclusive com a participação do órgão que fez os cálculos e verificou a diferença. É possível. E isso evitaria, e muito, que essas discussões tomassem o segundo momento, porque o segundo momento com certeza acabaria na Justiça. E as pessoas iam demorar por demais para receber seus valores.

Essa conta influiu na monstruosa conta... esse cálculo influiu no monstruoso cálculo que o povo pernambucano foi obrigado a pagar, como conta de energia elétrica. Está na hora de a CELPE sentar, com mais transparência, com todos os órgãos, porque a CELPE é um fornecedor de serviço público importante para nós. Ninguém quer que a CELPE quebre. Seja a CELPE, seja qualquer outra concessionária, ela está lá seguindo a regra do jogo. Agora, ela tem de seguir a regra do jogo não só no que é bom para ela, mas principalmente exercer o respeito e ver que ela precisa do povo.

Deputados, vamos perguntar à ANEEL qual é o papel dela de fato. Eu estou há 3 anos e meio trabalhando na Defesa do Consumidor, no Ministério Público. Apenas vejo representantes da ANEEL quando eles se dispõem a comparecer em audiências públicas — as que não são promovidas por eles, logicamente — promovidas por CPIs. Houve uma CPI estadual e, inclusive, essa CPI teve dificuldade em levar representantes da ANEEL a participar das audiências.

Ao contrário, eu não estou elogiando outra agência, mas ela tem uma relação mais próxima com os outros órgãos e ela tenta de fato exercer o seu papel de fiscalizadora ou reguladora do mercado e da relação entre seus fiscalizados e os outros órgãos: a ANP. Inclusive, hoje eu tinha uma reunião com representantes da



ANP e tive a honra de ter de desmarcar a reunião para participar desta CPI, que é de grande importância para o nosso povo, porque o Congresso Nacional tem instrumentos para inclusive levar esse assunto bem mais adiante. E assim, a gente espera que neste fórum a CELPE comece a mudar um pouco a sua mentalidade, comece a se relacionar de uma forma... de uma forma imbuída de ética, porque todos os dias nós recebemos reclamações da CELPE. E não são reclamações simples, são reclamações que passam inclusive por notícias-crimes. Prestadora de serviço que, representando a empresa, invade a casa das pessoas, conta eletrodomésticos, tira medidor de qualquer jeito, será que está agindo corretamente? A gente tem que começar a dizer: vamos parar com isso, vamos trazer a relação de consumo à normalidade.

Eu aproveito, inclusive aqui, com o novo Presidente da CELPE, para dizer: Presidente, vamos repensar as condutas da CELPE, vamos ser mais transparentes. Peço ao Deputado Eduardo da Fonte: observe, Deputado, como a ANEEL está portando-se, veja o tratamento dispensado pela ANEEL à CPI ontem. E ao consumidor! O consumidor não sabe nem quem é a ANEEL, apesar de pagar taxa à ANEEL — porque a taxa vem inclusa na conta de energia elétrica. Então, nós pagamos a um órgão que eu não sei se está cumprindo seu papel. Eu acho que esta CPI vai chegar a esse ponto, e assim vai prestar um grande serviço a todos nós.

Deputado, até o momento nós não temos, na Promotoria do Consumidor, notícias quanto à evolução do cumprimento do termo de compromisso. E a gente aqui já solicita à CELPE que nos apresente a sugestão de como vai executá-lo. Todos nós sabemos que a CELPE é uma empresa muito bem organizada. Ela foi muito rápida para cobrar dos seus consumidores a conta; então, a gente espera que ela seja rápida para também rever contas, e mostre assim também a sua eficiência na hora de começar a rever erros. É uma questão inclusive de grande avanço de cidadania por parte da empresa, é o que a gente espera. Para mim, tanto faz quem presta serviço de fornecimento de energia elétrica à minha casa; seja a CELPE, seja outra qualquer, eu quero ser bem tratado, tratado com respeito, com transparência e com dignidade, porque eu compro um serviço de energia, preciso dele e espero respeito, e espero ficar satisfeito com isso.



E, como agente público que sou, tenho o papel de exigir, e exijo instaurando nossos procedimentos, tentando firmar ajustamento de conduta — que nós não conseguimos firmar. Desde que comecei a atuar na Promotoria do Consumidor conheço o Dr. Adriano, desde a primeira audiência que eu tive com a CELPE. E a Dra. Liliane, minha colega, conhece bem mais dessas relações do que eu. E apresentou-se um problema, e tentamos firmar ajustamento de conduta. E a minha colega começou a rir: “É difícil, não é doutor?” Aí o Dr. Adriano parou e disse: “É, eu vou tentar, ver se a gente consegue seguir por esse caminho”. O ajustamento de conduta mostra inclusive que a empresa está disposta a rever aquelas práticas, que ela reconhece. Dá inclusive uma lição de cidadania a empresa que começa a ver que errou e está disposta a modificar sua forma de atuação. É uma forma de atuação que a gente tem que rever, e isso é bom para a nossa sociedade.

Assim eu encerro meu pequeno relato, e posso inclusive incrementá-lo com a remessa posterior de documentos. Há alguns inclusive que eu sei que o Deputado e a CPI já os possui. Deputado, estou aberto para alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dr. Maviasel, gostaria de agradecer aqui as suas palavras. O senhor, como Promotor de Justiça do consumidor do Estado do Pernambuco, explica aqui claramente o sentimento que os consumidores pernambucanos têm pela CELPE.

E justifica-se aqui também, Dr. Maviasel, a quebra de sigilo bancário feita por esta CPI da CELPE. Quebramos, esta semana, o sigilo da CELPE, para que a gente possa ter mais informações, para corrigir esses erros gravíssimos que a CELPE cometeu até o momento, mas tenho certeza de que, depois desta CPI, não vai continuar mais cometendo. Isso significará, Dr. Maviasel, um novo momento na relação da CELPE com os consumidores de Pernambuco, porque não acredito que ela vá continuar a tratar os consumidores pernambucanos da forma como tratou até o dia de hoje.

Então, Dr. Maviasel, o seu é um trabalho que nos orgulha muito, porque é um trabalho incansável, buscando a defesa dos direitos do povo pernambucano. E tenho a certeza de que, quando necessário for, vamos estar juntos para continuar defendendo os direitos do povo pernambucano, os direitos dos consumidores de Pernambuco. E com certeza não será necessária mais uma CPI para que essa



empresa se conscientize de que tem de respeitar os consumidores pernambucanos, para que essa empresa se conscientize de que a peça mais importante que ela tem são os consumidores de Pernambuco, porque é graças aos consumidores de Pernambuco que ela vem obtendo esses lucros altíssimos, batendo recordes e mais recordes de lucratividade todos os anos. Então, tenho certeza de que vamos viver a partir de hoje uma nova relação entre o Ministério Público, entre os consumidores de Pernambuco, entre a Câmara dos Deputados e a CELPE.

A CELPE desrespeitou esta Casa, como desrespeitou o povo brasileiro, porque a convidei para que viesse a reuniões, a audiências na Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Alexandre Santos, por várias vezes, e ela nunca deu uma satisfação sequer à Casa do povo brasileiro. Nunca mandou um representante, nunca deu nenhuma satisfação. Mas ela viu que, por sua prepotência, por sua arrogância, instalou-se uma CPI nacional de tarifas de energia elétrica, e que hoje esta CPI está dando resultados ao Brasil.

Então, tudo de ruim tem uma parte boa. A parte boa é que a relação da CELPE com o povo de Pernambuco gerou um ganho para os consumidores de todo o Brasil, porque não tenho a menor dúvida de que esses danos causados aos consumidores do Brasil serão reparados pelo Ministério de Minas e Energia, pelo Ministério da Fazenda e pela ANEEL na próxima semana.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Luiz Antonio Ciarlini para que ele possa também dizer qual vai ser o posicionamento da CELPE em relação a essa determinação do Tribunal de Contas da União, já que esse processo começou na CELPE, começou num pedido de fiscalização e controle de minha autoria à Comissão de Defesa do Consumidor, pedido que decorreu de acórdão do Tribunal de Contas da União, que identificou o erro em Pernambuco, e o erro que foi identificado em Pernambuco vai beneficiar todos os consumidores do Brasil. Então, eu peço que o Sr. Luiz Antônio Ciarlini também dê o posicionamento da CELPE em relação a esse erro encontrado nas contas de auditoria da CELPE, e quais vão ser os procedimentos da CELPE a partir de hoje com os consumidores de Pernambuco, e que responda também ao Dr. Mavíael os questionamentos importantes que merecem ser esclarecidos pelo senhor a esta Comissão, a Pernambuco e ao Brasil.



O SR. LUIZ ANTÔNIO CIARLINI - Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da CPI, Deputado Alexandre Santos, Relator, Dr. Maviasel, na pessoa dos quais cumprimento todos os demais presentes, inicialmente, eu gostaria de reafirmar nosso compromisso com os trabalhos da CPI. Já estivemos juntos em Recife, no dia 2 de outubro, e estamos voltando aqui. E quero reafirmar também a nossa total tranquilidade de participar destes eventos, reconhecendo a seriedade e a serenidade com que têm sido conduzidos esses trabalhos pelos membros da CPI, em especial pelos senhores aqui presentes.

Como uma concessionária de serviço público, a Companhia Energética de Pernambuco não tem nenhuma dúvida em relação a essa necessidade de estar totalmente atenta e ser ágil na correção do seu relacionamento com os consumidores. Então, os exemplos citados aqui pelo Dr. Maviasel de certa forma até nos remetem a essa possibilidade de afirmar com ações práticas essa evolução, esse cuidado que a empresa tem tido. Não é fácil, para uma distribuidora que tem quase 3 milhões de clientes e realiza algo em torno de 8 milhões de interações com esses clientes ao longo de cada mês — a gente pelo menos lê, pelo menos entrega uma conta, e faz outras mais intervenções ao longo do mês —, dentro disso aí, cobrar e combater perdas sem andar no limiar de algum tipo de conflito. Isso certamente exige de nós uma atenção muito grande, um cuidado muito grande, para que a gente conduza tudo da forma mais serena, para que não se gere nenhum prejuízo aos consumidores.

Um primeiro exemplo que foi colocado aqui é a questão do convênio que foi firmado com o Governo do Estado, com a Secretaria de Desenvolvimento Social, que foi realizado lá no ano de 2001 e perdurou até o ano de 2007. Então, esse convênio vem sendo discutido, foi discutido, já vem sendo discutido desde lá atrás. A CELPE já teve oportunidade de prestar esclarecimentos sobre esse convênio desde 2007. E o convênio encerrou-se, ele não existe mais, exatamente por essas questões de interpretação, que estão sendo novamente levantadas aqui. Então, em algum momento, julgou-se ser um caminho adequado e interessante a ser feito, e em um outro momento essa relação evoluiu, e esse convênio não existe mais desde o ano de 2007.



Em outro momento, o Dr. Mavíael aqui comentou a questão de laudos. Existia uma dúvida em relação à forma como a CELPE realizava as verificações de medidores dentro do Estado de Pernambuco em um convênio firmado com o IPEN e o INMETRO, já lá no ano de 1999. Esse convênio de cooperação técnica existia desde o ano de 1999. E algumas coisas, ao longo dos anos, foram levantadas em relação à condução desse convênio. Num primeiro momento, a primeira verificação, que é a que a regulação do setor permite que seja feita pela concessionária, já era feita, com o acompanhamento do IPEN. Nós entendíamos na época que isso seria melhor ainda para o consumidor. Todos os esclarecimentos existiam lá, no momento em que a verificação era feita. A presença do consumidor e de quem ele quisesse levar sempre foi permitida desde lá, o ano de 1999. Isso foi gerando dúvidas, e ao longo do tempo isso foi evoluindo; hoje nós já não fazemos nem a primeira verificação. Hoje esse convênio evoluiu para uma forma em que o medidor vai diretamente para o IPEN, dentro de um laboratório, lá no IPEN, equipado pela CELPE, com interesse também de eliminar qualquer dúvida que exista em relação a isso.

Então, independentemente de surgirem novos conflitos, esses exemplos são exemplos claros de que a empresa tem procurado estar atenta a esses conflitos que surgem naturalmente na prestação de um serviço público que está dentro da casa dos consumidores de todo o Estado. E, passando para a questão do termo de compromisso — especificamente o termo de compromisso —, o termo de compromisso estabelece um prazo para que a gente apresente o resultado. Nós conversamos sobre isso lá, no dia 2 de outubro. Algumas coisas do termo de compromisso já se encontram em andamento, aliás bastante coisa. Estou trazendo aqui uma cópia das contas. Um dos compromissos que nós assumimos foi o de informar todos os clientes de que o trabalho estava sendo realizado. Infelizmente, eu só estou com uma cópia aqui; ela pode circular. As contas estão saindo com essa informação, que é um dos compromissos que tínhamos lá. Já devem estar emitidas alguma coisa em torno de 2 milhões de contas, algumas em andamento, para chegar às casas dos clientes. Ao longo do mês de novembro, toda essa comunicação vai estar concluída. Nós já fizemos a especificação e extraímos do nosso sistema comercial todas as informações necessárias para a análise.



É uma análise complexa. Nós já dizíamos lá, no dia 2 de outubro, que era uma análise complexa. Há uma avaliação de variação de consumo em torno de 10% em determinadas regiões do Estado, o que se confunde com o próprio comportamento do consumo do cliente. Então, isso envolve praticamente todos os clientes da empresa, essa avaliação, que não é possível fazer dentro do mesmo ambiente do sistema comercial que a empresa continua vivendo, lá, lendo, faturando seus clientes. É preciso extrair todas essas informações para fazer o trabalho fora. A empresa já extraiu, nós já extraímos todos esses dados, informações de leitura de todos os clientes, comportamento de consumo de todos os clientes nos últimos 12 meses, como estava exatamente acertado no compromisso. Adquirimos um *software* específico para fazer esse trabalho, exatamente pelo fato de não ser possível fazer essa análise dentro do ambiente de faturamento da empresa. Destacamos uma equipe interna dentro da empresa para fazer esse trabalho. E temos total condição, dentro de mais alguns dias, de discutir — se é interesse do Ministério Público, e parece que está claro isso aqui —, de discutir exatamente como está o andamento dessas ações até agora. Não há nenhuma dificuldade. Nossa compreensão foi a de que o nosso compromisso formal é apresentar um trabalho dentro de 90 dias, mas eu acho que essa visão colocada aqui agora contribui, eu acho que ela pode gerar um entendimento intermediário, no sentido de que a gente possa já evitar qualquer tipo de mau entendimento que possa surgir no final do trabalho.

Bom, com relação à CVA, que eu acho que é um assunto que ficou ainda, que não foi abordado, eu acho que o Presidente do Grupo Neoenergia, o Dr. Marcelo Corrêa, já foi bem enfático em relação a isso. Nós não nos furtamos a discutir esse assunto em nenhum momento, em nenhum ambiente. Não há nenhum interesse da empresa de receber mais nem menos em relação àquilo que se considera justo na tarifa dos clientes. Nós vamos participar dessa discussão. Temos total disponibilidade para discutir isso. Agora, não há como falar nesse assunto sem falar nos órgãos reguladores. Não há como. É uma situação que está presente em todas as distribuidoras do País, e está presente em todos os contratos de concessão, em todas as distribuidoras. Nós não temos como, individualmente, tomar nenhuma iniciativa, porque isso certamente provocaria um problema ainda maior do que o que nós temos hoje. Então, é um aperfeiçoamento, e nós vamos estar sempre abertos



para discutir esses aperfeiçoamentos, inclusive esse que agora a gente está discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas, Dr. Ciarlini, só para deixar claro, então a CELPE reconhece os direitos dos consumidores e, juntamente com a ANEEL e com o Ministério de Minas e Energia, vai readequar os valores da energia elétrica do povo de Pernambuco?

O SR. LUIZ ANTÔNIO CIARLINI - Nós reconhecemos que há necessidade de um aperfeiçoamento no modelo de cálculo da tarifa, e nós vamos participar disso, e certamente isso vai gerar benefício também para os consumidores de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Isso mostra aqui a importância dessa questão. A CELPE, por ter originado esse questionamento do Tribunal de Contas da União, com certeza tem de ser também a primeira a corrigir os direitos dos consumidores, porque tenho certeza de que a relação, Dr. Mavíael, entre a CELPE e o consumidor, a partir desta CPI, vai ser outra. E eu coloco-me, permanentemente, como representante do povo pernambucano e do povo brasileiro, à disposição do Ministério Público do Estado de Pernambuco, para, juntamente com o Ministério Público, dar continuidade a este trabalho, aqui na Câmara dos Deputados, lá em Pernambuco, onde quer que seja que o consumidor pernambucano e o consumidor brasileiro precisem do nosso auxílio, eu terei todo o orgulho e toda a honra de poder colaborar e participar deste grande desafio que é defender os consumidores de Pernambuco e do Brasil.

O SR. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Deputado, eu até aproveito a oportunidade aqui e de forma clara eu pergunto ao Presidente da CELPE se a companhia, com base no estudo que o Tribunal de Contas fez, com base nos trabalhos que estão sendo realizados por esta CPI, vai firmar ajustamento de conduta com a finalidade de proceder ao ressarcimento desses valores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CIARLINI - Dr. Mavíael, eu entendo que nós estamos discutindo aqui uma questão ligada à metodologia, que envolve todas as empresas do setor. Se esse for o caminho que vá dar a solução ao problema nacionalmente, não haverá nenhuma dificuldade de a CELPE se portar nesse sentido. O que eu expliquei anteriormente é que não há como, na sistemática atual, não há nenhuma



metodologia que identifique a forma de ressarcir ou corrigir esse problema. É preciso que isso seja tratado num nível superior, para que a gente consiga chegar exatamente a um ambiente em que seja possível tratar dessa discussão. Nenhuma empresa hoje se sentiria em condição de, individualmente, tentar dar solução a esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Passo a palavra ao Dr. Mavíael, para que ele possa...

O SR. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Esse problema já vai começar a refletir-se. Por quê? Individualmente, cada consumidor vai dizer: ora, eu tenho valores a receber. Vai começar a procurar o Judiciário, vai começar a reclamar nos PROCONs, vai recomençar a reclamar no Ministério Público, e certo, e exercendo sua razão, querendo uma posição. Por quê? É devido! Por isso, Deputado, pelo que foi explanado aqui em relação a esse ponto pelo Presidente da CELPE, é que se mostra a importância do papel desta CPI, inclusive de capitanear, como vem sendo feito, a resolução desse problema, senão nós não vamos conseguir resolver esse problema tão cedo.

A gente espera que, não só em relação a isso, mas em relação a todo o processo de tratamento ético da CELPE com seus clientes, passe-se por uma mudança, uma repaginação. Que a CELPE seja enérgica com seus prestadores de serviço quando eles começam a adentrar nas casas das pessoas, inclusive cortando o vínculo contratual. Ela é solidária com os atos dele. O corte de energia elétrica já causou mortes em Pernambuco. Isso é uma coisa que vai além da compreensão simples de 10 minutos de explanação. Então, a gente espera e acredita muito que os caminhos traçados após esta CPI vão ser bem diferentes do que estamos vivendo hoje. Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dr. Mavíael, ontem nós aprovamos nesta CPI, inclusive quanto à questão que o Relator ponderou anteriormente, um pedido ao Tribunal de Contas da União e um pedido à ANEEL, de que ela faça o levantamento de forma que, agindo como órgão regulador do setor, ela possa dizer ao Brasil o que é que cada distribuidora deve aos consumidores. Então, esse requerimento foi ontem aprovado aqui na CPI. Foi por esse requerimento que a representante da ANEEL, a Sra. Rita, ficou aqui querendo



obstruir os trabalhos, chamando Deputado aí no corredor para pedir verificação de votação, no que não obteve sucesso.

Mais uma vez a ANEEL, que ontem sujou a sua imagem nesta CPI, porque mostrou claramente que quer obstruir os trabalhos dessa CPI. Mais uma vez ela não conseguiu obstruir os trabalhos desta CPI. Tenho certeza de que o Relator colocará isso no relatório, a tentativa de obstrução dos trabalhos desta CPI pela ANEEL e por uma funcionária que aqui representava a ANEEL.

E no requerimento, que é de minha autoria, nós pedimos aqui que seja feito o cálculo pela ANEEL daquilo a que os consumidores têm direito. Então, é importante que o Dr. Ciarlini diga aqui a todos nós que, quando a ANEEL apresentar os cálculos... E esses cálculos serão examinados pela empresa, logicamente terão de ser auditados pela empresa também. Ninguém quer que seja uma coisa... queremos que seja uma coisa transparente.

O SR. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Dar o direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Exatamente. Que seja auditado pela empresa, é claro. Vamos fazer com que seja bem tranquila essa questão.

Que a CELPE se comprometa com esta CPI e com a Câmara dos Deputados a cumprir essa determinação rapidamente, para que os consumidores não continuem sendo prejudicados. Eu acho que essa é uma sugestão justa e transparente, já que todas as 64 distribuidoras de energia elétrica vão ser examinadas e auditadas pela ANEEL, e a ANEEL é que vai apresentar esse cálculo do que é devido e do que não é devido — porque também, Dr. Mavíael, dizem que há distribuidora que está no negativo. O que a gente quer é justiça. A que está no negativo, que seja equilibrada; mas a que está no positivo, que o consumidor também tenha seu direito preservado, seu direito respeitado.

Então, tenho certeza de que esta CPI vai prestar esse grande serviço, mesmo porque o Sr. Ciarlini vai ter que cumprir essa determinação, porque a ANEEL vai mostrar o cálculo dela própria, que vai ser auditado pelo Tribunal de Contas da União. Esse cálculo também não só vai ser auditado pela CELPE e pelas distribuidoras; será um cálculo auditado pelo Tribunal de Contas da União, para que não deixe dúvida sobre se o consumidor tem saldo positivo ou não.



Antes de lhe passar a palavra, vou passar a palavra ao Deputado Raul Henry, que com certeza tem o nosso mesmo propósito de defender os consumidores de Pernambuco e do Brasil.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, quero agradecer a concessão, porque realmente vou ter que ir ao aeroporto agora, para pegar um avião para Pernambuco.

Quero parabenizá-lo pela conclusão dos trabalhos. Acho que a CPI foi produtiva. E quero acrescentar uma sugestão: a de que, nessa audiência que vai haver hoje à tarde com a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia, seja estabelecido pelo menos um prazo, um horizonte de prazo para mudança dessa regra. É um absurdo que a ANEEL, durante 7 anos, não tenha identificado esse erro. E agora, diante dos fatos que foram levantados pela CPI, que ela possa de fato estabelecer a mudança da regra, porque cabe a ela implantar a regra, administrar e exercer a gestão sobre o sistema.

Então, eu quero sugerir, ao parabenizar o Relator e o Presidente pelos trabalhos da CPI, que esse assunto seja levado a essa audiência pública de hoje à tarde, ou a essa reunião que vai acontecer hoje à tarde, com a ANEEL e com o Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero informar também, Deputado Raul Henry, que essa reunião de hoje à tarde foi transferida para quarta-feira, no mesmo horário, 16h — V.Exa. está convidado —, já que o Ministério nos solicitou, porque na terça-feira está marcada uma reunião do Ministro da Fazenda, do Ministro de Minas e Energia e da ANEEL, para tratar justamente do procedimento desse assunto. Então, esta CPI entendeu a importância de os Ministros de Estado se reunirem para chegarem à solução desse assunto na terça-feira, e demos esse prazo até a quarta-feira para que eles anunciem os procedimentos, para que nós possamos também, em seguida, anunciar ao Brasil como é que vai ser solucionado esse problema, que, tenho certeza, não é meu, não é seu, e sim de todos os brasileiros.

Então, eu consulto o Dr. Mavíael. Mostro aqui o requerimento: calcular para cada concessionário de distribuição a soma dos valores históricos, desde a assinatura do contrato de concessão, e o somatório total de todas as distribuidoras,



conforme o Acórdão nº 2.210/2008; para cada concessionária de distribuição, informar a soma dos valores mencionados no item anterior, atualizada pela taxa SELIC para a data atual, e ainda o somatório de todas as distribuidoras.

Contra isso é que a ANEEL veio aqui pronunciar-se, num ato que eu acho que envergonha a todos nós, a atitude dessa senhora da ANEEL, que veio querer obstruir. Ela não é Parlamentar, ela não tem vínculo nenhum com esta Casa, a não ser prestar serviço para a ANEEL, e vem querendo obstruir os trabalhos desta CPI, procurando um Deputado aqui no corredor, de que eu vou preferir não citar o nome e que não faz parte desta CPI, para pedir verificação, Deputado Raul Henry! Então, graças à assessoria desta Comissão, verificou-se no Regimento que não cabia a um Deputado contestar uma votação em que não houve voto nenhum contrário, que foi decidida por unanimidade, nem que fosse pedida verificação. Então, regimentalmente não adiantou nada o esforço dela. Só adiantou para revelar ao Brasil que a ANEEL mais uma vez mostra para que foi criada, mais uma vez mostra o trabalho que ela quer prestar ao Brasil, que é o de obstruir a transparência dos trabalhos desta Casa para o povo brasileiro. Isso, com certeza, não como Deputado, mas como brasileiro, envergonhou-me muito, o procedimento dessa funcionária da ANEEL aqui, ontem, nos trabalhos da CPI.

Mas deixo-o a par desses fatos, desse pedido que foi aprovado, e acho que não só a CELPE, mas todas as distribuidoras de energia elétrica, quando tivermos acesso a essas informações, terão que realmente verificar e checar essas informações; o Tribunal de Contas também vai checar essas informações, e aí, sim, vamos dar o resultado prático aos consumidores brasileiros.

Então, consulto o senhor, que aqui representa o Ministério Público de Pernambuco, que vem desempenhando um grande trabalho para todos os pernambucanos — e com certeza o senhor orgulha o povo de Pernambuco, pela seriedade do Ministério Público pernambucano, pela incansável busca da defesa dos consumidores de Pernambuco, em que o Ministério Público de Pernambuco vem empenhando-se ao longo desses anos —, para que o senhor se manifeste e diga o que conclui, com essas informações que lhe estou passando.

O SR. MAVIAEL DE SOUZA SILVA - Eu acredito, sim, Deputado, que esse é o caminho correto, que de fato temos que esperar as verificações necessárias e



chamar as companhias, para que de fato venha a se operacionalizar o reembolso. E lanço também outra proposta, em relação ao termo já firmado, Sr. Presidente: que a CELPE informe aos consumidores, se possível, que tal dia vai ser feita a substituição do seu medidor, não porque ele está cometendo fraude, mas porque houve uma oscilação da conta de energia superior a 10%, em atendimento a esse termo.

Por quê? Minhas senhores e meus senhores, o povo pernambucano teme a CELPE. Quando a CELPE diz que alguém está subtraindo energia, adulterou medidor, é um horror, porque corre todo o mundo e diz: olhe, estão dizendo que é isso, que é aquilo... Não é assim. Diversos fatores podem ocasionar isso, e a relação tem de ser de respeito e de reciprocidade. O consumidor precisa do serviço da CELPE, e a CELPE precisa do consumidor, e quanto mais transparência nessa relação houver é bom para todos. É respeito! Não custa nada à CELPE informar, e se possível até que ele observe. Querendo, observe em tal dia — não sei se operacionalmente seria possível — que haverá troca de seu medidor por outro, como consta aqui no termo, como forma de revisar os valores que lhe foram cobrados, que tiveram uma variação superior a 10%. Cabe a gente começar a mostrar às pessoas que elas merecem respeito. Todo o mundo gosta de ser respeitado, eu, o Presidente da CELPE, o Deputado Eduardo da Fonte, qualquer um de nós. Nós merecemos e gostamos de ser respeitados. E nossos consumidores de Pernambuco também.

Deputado, só uma crítica quanto à atuação da ANEEL. Acho que a ANEEL não sabe — a pessoa que esteve aqui, pelo menos —, não sabe o que é uma CPI, e não sabe também quais as funções do Congresso, das Casas Legislativas, e que inclusive a criação da Agência passou por esta Casa, como também que sanções podem sair daqui, no texto da CPI, como recomendação a seus superiores. As pessoas têm 2 caminhos: ou têm a lógica de respeitar, ou podem procurar aprender a respeitar. É uma questão de ética. E todos nós aqui... Isso causa-me pesar, porque ela faz isso com os legítimos representantes do povo; e com os outros órgãos, que ela acha que não são merecedores de respeito? Ora, vamos parar com isso! Ela deve prestar serviço a toda a sociedade brasileira, assim como eu, e assim como grande parte dos senhores que estão aqui presentes.



Deputado, isso cada vez mais evidencia o problema. E a CPI está de parabéns pelos caminhos e pela resolução que isso vai trazer, em prol de nossa sociedade. Eu agradeço aqui a oportunidade de contribuir um pouco para esses trabalhos, e quero deixar a todos a informação de que as portas do nosso Ministério Público estão abertas. Nós, tanto eu como Liliane, que não pôde comparecer a esta audiência, não nos furtamos a atender quem quer que seja, desde o cidadão mais simples até a pessoa que se dê um grau de importância mais elevada, porque todos nós somos seres humanos, possuímos valores iguais. E a gente cumpre assim nossa obrigação, Deputado.

Agradeço a oportunidade de participar desta CPI. Torço e acredito que vai começar a mudar o relacionamento entre agências fiscalizadoras, órgãos, instituições, empresas fiscalizadas e sociedade.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de, antes de fazer o encerramento, sugerir ao Dr. Ciarlini que marque uma reunião com o Ministério Público para informar os procedimentos que estão sendo tomados. Eu acho que, ao longo desses meses, convém marcar uma agenda de 15 em 15 dias, para um entendimento e para dar transparência e fazer com que... Já que o Ministério faz parte do termo — e a CPI também, mas a CPI sente-se representada pelo Ministério Público —, acho importante que haja a quebra de tudo isso que representou o passado, o que mostra que a empresa quer ter um novo relacionamento com o Ministério Público, em defesa do consumidor do Estado de Pernambuco. E quero sugerir, Presidente Ciarlini, Presidente da CELPE, uma agenda junto com o Ministério Público para dar transparência às condutas adotadas pela CELPE nesse termo de ajuste de conduta.

Eu gostaria de passar a palavra ao Relator, para que ele possa fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Dr. Mavíael, eu queria agradecer-lhe o seu trabalho e a sua presença. Mas, Dr. Ciarlini, eu queria agradecer-lhe também, agradecer à CELPE. E eu falo em nome da Câmara dos Deputados, de 65 milhões de consumidores, porque essa relação que a CELPE tem — tinha; acredito que tinha, porque depois de nossa passagem por Pernambuco nós



começamos a tentar fazer um procedimento mais transparente até mesmo para a sociedade —, ela trouxe-nos Eduardo da Fonte. Eduardo da Fonte, chegando aqui, foi buscar as respostas que ele não encontrava, e solicitou ao Tribunal de Contas a aferição de um item, uma aferição. E hoje, isto eu digo aqui, e eu até vou até falar um pouco com Marcelo, ali, as 64 distribuidoras hoje terão de se sentar num banco de compensação, vamos dizer assim, porque desde 2002 as contas foram acentuadas. Isso foi por quê? Porque existiu a CELPE no caminho de Eduardo da Fonte, o que nos trouxe aqui. Criamos esta CPI neste Congresso, graças ao Tribunal de Contas, que nos auxiliou muito, e o Ministério da Justiça e o Ministério Público, que também nos estão auxiliando, e ajudaram-nos muito a reparar essa anomalia, vamos dizer assim, que havia entre os entes.

Então, eu queria aqui agradecer à CELPE, mas pedindo que ela se corrija, principalmente na sua postura, nas suas relações, porque eu acho que ela vai ganhar muito. Vai ganhar, porque o Estado de Pernambuco é um Estado promissor, é um Estado que está desenvolvendo-se muito. É o Estado do Presidente Lula, que está acreditando muito nos momentos de oportunidade que está criando aquele Estado. E eu tenho certeza de que, como gestor até mesmo do grupo, e como seu Presidente, técnico que é da empresa, as relações serão outras, e vão “oportunizar” a sociedade de Pernambuco, porque essa empresa está atuante, está moderna, está ativa, e precisa ser parceira permanente dos entes de Estado e principalmente da comunidade.

Portanto, meu primeiro momento é de agradecimento. De agradecimento e de dizer que, hoje, nós podemos compor aqui uma Comissão que, indiferente até a alguns posicionamentos políticos e ao que alguns Deputados tentaram, conseguiu aprovar todos os nossos requerimentos, fazer todas as nossas audiências, buscar todas as informações, independentemente da ANEEL, que é um órgão que tem algumas pessoas nobres, mas a sua função maior de entendimento é de não dar acima de tudo transparência, para o que ela foi criada. E aí nós vamos aprofundar-nos muito no procedimento e no processo da ANEEL. Antes vem a sociedade brasileira.

Então, neste momento aqui, eu estou já dizendo que nós podemos avançar muito, porque não foi fácil ver os Líderes dos maiores partidos contra essa



transparência e contra essa retribuição à população brasileira. E vamos dizer que isso passe de 10 bilhões. Se for para o Código do Consumidor, tem-se que pagar em dobro; se for atualizado, dá mais de 50. Não vamos conversar sobre números. Eu acho que está na hora de as pessoas de bom senso, que fazem esse processo da relação do sistema, sentarem à mesa e buscarem uma alternativa, porque pior será vir uma decisão judicial, com que, aí, sim, vamos penalizar as empresas que se apoderaram e se aportaram, independentemente de culpa ou dolo desse processo. Mas aí, sim, nós teremos procedimentos que não serão saudáveis a algumas empresas.

Então, meu último apelo é no sentido de que as empresas, diante das manifestações de todos, sentem à mesa e procurem alternativas. E, como vocês já propuseram alguns modelos à ANEEL e ao processo do sistema, deem a eles a oportunidade de dizer que vocês são parceiros, são contribuintes e acima de tudo acreditam neste País e nesse sistema de energia, que é um dos melhores sistemas do mundo, na sua interligação. Volto a dizer que nós temos que preservar muito o que foi construído, preservar muito os que estão no sistema, mas acima de tudo dar muita transparência e tirar os erros desse sistema, desse processo.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, agradecer-lhe sua vinda a este Parlamento, agradecer-lhe sua luta e dizer que eu serei um aliado permanente seu, para que isso termine em breve tempo. Meu relatório certamente vai brindá-lo, e as ações que saírem dele certamente vão proporcionar... E eu digo que o Relator de uma CPI não termina em breve tempo. Ele aprofunda-se, vai buscando, vai para os setores, vai para os agentes. E nós teremos várias respostas, ao longo do tempo, para podermos cada vez mais realinhar os procedimentos e dar a seriedade de que esse setor, ainda sem transparência, precisa, e será dada. Tem muita gente boa, tem muita gente com seriedade, tem muitas empresas, que merecem acima de tudo os nossos parabéns, mas quando não se dá transparência eles se misturam àqueles que não querem dar transparência. E eu acho que a maioria desse sistema quer dar transparência, não quer ser representada por essa nota da ABRADÉE, que — eu vou dizer — envergonha o setor com uma nota dessa aí, quando tenta coagir alguém que diz a verdade.



Portanto, eu venho mais uma vez solicitar aos senhores que vieram aqui, aos nossos participantes, aos agentes de Estado, que parem de ser agentes só de um lado. Têm que ser agentes e acima de tudo fazer a relação entre os entes, seja a sociedade, sejam os gestores do processo.

Portanto, eu quero aqui, Sr. Presidente, agradecer a sua vinda como Deputado. Pernambuco brindou o Brasil, e Pernambuco certamente terá grandes notícias através do seu trabalho. Parabéns e muito obrigado por ser o nosso Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito obrigado pelas palavras, Sr. Relator Alexandre Santos.

E, antes de fazer o encerramento, só quero ratificar aqui que a CELPE procurará o Ministério Público para uma agenda. Fique isso aqui ratificado, Sr. Ciarlini.

O SR. LUIZ ANTÔNIO CIARLINI - O.k. Ao longo da próxima semana nós entraremos em contato. O Dr. Adriano seria a pessoa para entrar em contato e acertar essa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito.

Eu gostaria de mais uma vez agradecer a todos os que aqui estão e dizer que hoje nós finalizamos uma parte do nosso trabalho, de uma pauta de audiências públicas que com certeza engrandeceram muito a Câmara dos Deputados, porque quando se fala em CPI se fala logo em pizza. Diz-se: essa CPI não dá em nada. E nós estamos mostrando, com esta CPI, que podemos dar um resultado concreto ao País, podemos dar um resultado importante para o povo brasileiro, um resultado que com certeza vai marcar um novo momento na relação de consumidores com distribuidoras de energia elétrica.

Quero agradecer também a todos vocês que nos acompanharam aqui, ao longo destes 90 dias, que ficam sempre atrás aqui da Comissão. Temos mais 30 dias, mas com menos intensidade, quando será feito, com muita competência, o relatório pelo Deputado Alexandre Santos, que, tenho certeza, tem em suas mãos uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade de elaborar e finalizar esse relatório, que com certeza é um relatório que cria uma expectativa muito



grande para os consumidores brasileiros, e eu tenho certeza de que ele o fará à altura do povo brasileiro.

E quero dizer também, agradecer também aqui em especial ao Dr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais. Com certeza, Dr. Djalma, o senhor mostrou a essa CPI a responsabilidade que o senhor tem com o Brasil, a responsabilidade que o senhor tem com o povo brasileiro de dar um passo à frente, de reconhecer que os consumidores têm de ter esse dano reparado, e com certeza isso vai mostrar um novo momento da relação não só da CEMIG, mas de todas as distribuidoras de energia elétrica para todo o Brasil.

Quero agradecer também ao Sr. Cristián Eduardo Fierro Montes, Diretor-Presidente da AMPLA Energia e Serviços S.A., por estar aqui presente; ao Sr. Britaldo Soares, Diretor-Presidente das empresas do Grupo AES-Eletropaulo; ao Sr. Luiz Antônio Ciarlini, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco — CELPE; ao Sr. Marcelo Maia de Azevedo Corrêa, Diretor-Presidente do Grupo Neoenergia; à Sra. Luciana de Oliveira de Almeida, Presidente em exercício do Instituto de Defesa do Consumidor — PROCON; ao Sr. Mavíael de Souza Silva, Promotor de Justiça do Consumidor do Estado de Pernambuco, que tanto nos orgulha pelo trabalho que o Ministério Público de Pernambuco vem realizando, e na pessoa dele eu gostaria de fazer um agradecimento a todo o Ministério Público do Estado de Pernambuco por esse trabalho, por essa luta incansável, que se soma aos trabalhos desta CPI; ao Sr. José Eduardo Tavorieri de Oliveira, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, representando aqui a OAB de São Paulo, dizendo da importância que é a OAB participar desta discussão que é tão importante para todos os brasileiros; e também ao Sr. José Luís, Promotor de Justiça de Jacareí, Estado de São Paulo, que também se fez presente nesta reunião.

E quero dizer da minha satisfação de vê-los aqui hoje, depois destes 30 dias de fato dos trabalhos desta CPI, quando percorremos 7 Estados do País. Começamos pelo Norte, em Roraima, depois fomos ao Acre, depois ao Estado de Alagoas, depois ao Estado do Maranhão, a Pernambuco — o meu Estado, que me orgulha muito ter-me colocado aqui hoje —, ao Estado do Rio Grande do Norte e ao Estado do Ceará. Foram muitas as informações que recebemos. Muitas dizem respeito aos consumidores desses Estados, mas o importante é que demos a



oportunidade a esses consumidores do Norte, de Estados pequenos, do Nordeste principalmente, a oportunidade de externar as suas reclamações, de externar o tratamento que eles vêm recebendo nesses Estados das empresas distribuidoras de energia elétrica.

Então, eu fico muito feliz por saber que hoje estamos aqui prestes a ter um grande avanço para o setor de distribuição de energia elétrica do nosso País, um grande avanço. Hoje eu tenho de certeza de que os consumidores são respeitados, os consumidores são olhados da forma como devem ser olhados: como peça principal desse processo, porque são os consumidores que pagam as contas no final do mês, são os consumidores que geram os lucros para as distribuidoras. Então, os consumidores têm que ser respeitados, têm que ser priorizados.

Eu gostaria de agradecer e de dizer, mais uma vez, que a reunião que seria hoje, às 16h, no Ministério de Minas e Energia, foi transferida para a próxima quarta-feira, às 16h, também no Ministério de Minas e Energia, para que, Relator Alexandre Santos, o Ministro de Minas e Energia possa reunir-se com o Ministro da Fazenda e com a ANEEL na terça-feira para, aí, sim, chegarem às conclusões dos procedimentos que deverão ser adotados pelo nosso País, para que o direito dos consumidores brasileiros seja respeitado e sejam sanados esses prejuízos.

Então, muito obrigado a todos.

Vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião para sexta-feira, 30 de outubro de 2009, Tarifas de Energia Elétrica, aqui nesta Comissão, às 12h.

Gostaria de agradecer mais uma vez a todos vocês que aqui estão apoiando-nos e fazendo parte desta luta em que eu tenho certeza de que o objetivo maior, o objetivo de todos nós é defender os consumidores brasileiros.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.